

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA**  
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**  
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2013. Presidência:** Prof. Dr. Sergio  
4 França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano  
5 de dois mil e treze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira  
6 convocação. **COMPARECIMENTOS:** Professores e Funcionários: Sergio França Adorno de  
7 Abreu, João Roberto Gomes de Faria, Olga Ferreira Coelho Sansone, Vera Lucia Amaral  
8 Ferlini, Fabio Rigatto de Souza Andrade, Giuliana Ragusa de Faria, Marie Marcia Pedroso,  
9 Marcos Fernando Lopes, Paulo Menezes, Margarida Maria Taddoni Petter, Leonardo Octavio  
10 Belinelli de Brito, Thais Regina Pavez, Fabio Roberto Lucas, Rosângela Sarteschi, João Paulo  
11 Cândia Veiga, Adrian Pablo Fanjul, Marcia Regina Gomes Staaks, Maria Helena Pereira  
12 Toledo Machado, Dario Horacio Gutierrez Gallardo, Sandra Margarida Nitrini, Paola Giustina  
13 Baccin, Eliza A.T. Perez, Bruno Carvalho Rodrigues de Freitas, Maurício Cardoso, Maria  
14 Helena Rolim Capelato, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, Sylvia Basseto, Marcelo Cândido da  
15 Silva, Marlene Petros Angelides, André Roberto Martin, Milton Meira do Nascimento, Giliola  
16 Maggio, Marcos Francisco Napolitano de Eugênio, Cícero Romão Resende de Araujo,  
17 Reginaldo Gomes de Araújo, Marli Quadros Leite, Yuri Tavares Rocha, Beatriz Raposo de  
18 Medeiros, Laura Izarra, Maria Augusta da Costa Vieira, Ricardo da Cunha Lima, Wagner  
19 Costa Ribeiro, Marilza de Oliveira, Fernando de Magalhães Papaterra Limongi, Valéria de  
20 Marco. Como assessores atuaram: Eliana Bento da Silva Amatuzzi de Barros (SCS), Leonice  
21 Maria S. Farias (ATFN), Maria Aparecida Laet (SBD), Augusto César Freire Santiago (STI),  
22 Rosângela Duarte Vicente (ATAC). **JUSTIFICATIVAS:** Brasília João Sallum Júnior, Maria  
23 Teresa Celada, Andréa Saad Hossne, Alvaro de Vita, Zilda Iokoi. Com a palavra, a Profa.  
24 Valéria de Marco disse: “Eu proponho que alteremos a ordem da reunião, mantendo o  
25 expediente da diretoria e do CO, mas que os demais itens do expediente sejam transferidos para  
26 o final da reunião, colocando, assim, a pauta da discussão sobre a eleição em primeiro lugar,  
27 segundo a portaria expedida pelo Reitor.”. Após votação, a proposta foi **APROVADA.**  
28 **EXPEDIENTE.** **1.** Coloco em votação as atas das reuniões realizadas em 23/08/12, 30/08/12 e  
29 13/09/2013 enviadas para apreciação junto com a convocação para esta sessão. Após votação,  
30 as atas foram **APROVADAS.** **2.** Comunico a eleição das Professoras Doutoras ANDRÉA  
31 SAAD HOSSNE e BETINA BISCHOF como coordenadora e vice-coordenadora  
32 respectivamente do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada.  
33 **3.** Comunico a eleição dos Professores Doutores FÁBIO RIGATTO DE SOUZA ANDRADE e  
34 JORGE MATTOS BRITO DE ALMEIDA como chefe e vice-chefe respectivamente do

35 Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, com mandato de 12/08/2013 a  
36 11/08/2015. 4. Comunico a indicação do Prof. Dr. ANDREAS ATILA DE WOLINSK  
37 MIKLOS como representante suplente do Departamento de Geografia junto à Comissão de  
38 Cultura e Extensão Universitária, em substituição à Profa. Dra. Déborah de Oliveira. 5.  
39 Comunico a inversão da representação docente do Departamento de Letras Orientais junto à  
40 Comissão de Cultura e Extensão Universitária da seguinte forma: Titular: Profa. Dra. LUSINE  
41 YEGHIAZARYAN e como suplente Prof. Dr. Mario Ramos Francisco Junior. 6. Comunico a  
42 indicação dos Profs. Drs. FELIPE VENÂNCIO BARBOSA e NORMA DISCINI DE  
43 CAMPOS como representantes titular e suplente respectivamente do Departamento de  
44 Linguística junto à Comissão de Cultura e Extensão Universitária. 7. Comunico a eleição das  
45 Profas. Dras. ELENA NIKOLAEVNA VASSINA e IEDA MARIA ALVES como Diretora e  
46 Vice-Diretora do CITRAT (Centro Interdepartamental de Tradução) para o biênio 2013/2015.  
47 8. Comunico a indicação dos Profs. Drs. PAULO ROBERTO MASSARO e MARGARIDA  
48 MARIA TADDONI PETTER como representantes titular e suplente dos Centros  
49 Interdepartamentais junto à Congregação, para o biênio 2013/2015. 9. Comunico a relação dos  
50 docentes da FFLCH participantes do Programa de Tutoria Científico-Acadêmica (2012) que  
51 foram premiados: Rodrigo Monteferrante Ricupero; Juliana Pasquarelli Perez; José da Silva  
52 Simões; Sandra Gardini Teixeira Vasconcelos; Márcia Regina Barros da Silva; Maria Lêda  
53 Oliveira Alves da Silva; Elis de Almeida Cardoso Caretta; Maria Cristina Correia Leandro  
54 Pereira; Maria Helena da Nóbrega; Robert Sean Purdy; Maria Lucia da Cunha Victório de  
55 Oliveira Andrade; Iris Kantor; José Guilherme Cantor Magnani; Glória da Anunciação Alves;  
56 Silvio de Almeida Toledo Neto; Heloisa Brito de Albuquerque Costa; Monica Ferreira Myrink  
57 O'Kuinghttons; Márcia Santos Duarte de Oliveira; Ieda Maria Alves; Marli Quadros Leite;  
58 Antonio José Bezerra de Menezes Junior; Rosane de Sá Amado; Thomas Daniel Finbow;  
59 Waldir Beividas. 10. Comunico a indicação da Profa. Dra. ELENA NIKOLAEVNA VASSINA  
60 como membro do Conselho Deliberativo do Teatro da USP. 11. Comunico que o PROF. DR.  
61 RICARDO RIBEIRO TERRA foi eleito Vice-Presidente da CERT. 12. Comunico a indicação  
62 das Profas. Dra. SYLVIA CAIUBY NOVAES E FERNANDA AREAS PEIXOTO como  
63 membros titular e suplente junto ao Centro de Preservação Cultural – CPC – órgão da Pró-  
64 Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. 13. Comunico a indicação do Prof. Dr. MARCOS  
65 LOPES como representante suplente junto ao Conselho de Biblioteca. **Expediente do**  
66 **Representante da Congregação no CO:** Com a palavra, a Profa. Maria Helena Rolim  
67 Capelato, Presidente da CG, informou: “Quero lembrar que foram feitas as seguintes  
68 observações críticas: ausência de calendário das reuniões do CO, o que significou esvaziamento

69 das discussões sobre as políticas universitárias, na sua generalidade, e sobre as mudanças  
70 estatutárias, particularmente. Já conversamos sobre isso. A dificuldade que tivemos na gestão  
71 atual foi a realização de poucos COs, fora a falta de calendário definido. Houve reclamações e  
72 solicitações para que o CO colocasse em pauta a questão da eleição para Reitor, o que foi  
73 levantado nesta reunião. O principal assunto da ordem do dia foi o plano de inclusão social,  
74 proposto pela Pró-Reitoria de Graduação, que foi aprovado pelo Conselho de Graduação em 27  
75 de junho. O CO colocou a proposta em votação. Das 43 unidades que se manifestaram, a  
76 maioria foi favorável pela ampliação das formas de inclusão. Outra questão é a insatisfação da  
77 Universidade frente à qualidade do ensino público, e a USP deve pressionar os governos  
78 estaduais e federais pela melhoria da escola pública. O prazo para avaliação do plano de  
79 inclusão deve ser definido em torno dos 10 anos, e ele não deve se prender apenas na expansão,  
80 mas também sobre a qualidade desta ampliação. Devemos criar uma comissão que possa  
81 acompanhar e divulgar constantemente os avanços obtidos em cada curso, assim como  
82 devemos criar cotas raciais que devem ser antes alvo de estudos acadêmicos e ampla discussão  
83 na Universidade. A proposta é de que criemos uma comissão que faça um estudo adequado  
84 sobre a questão das cotas. Foram feitas, no debate, críticas e sugestões e uma questão que foi  
85 consenso entre quase todos os participantes é a ideia do curso preparatório, que deve ter grande  
86 participação de alunos e professores. Deve haver ampliação dos espaços em que este curso será  
87 realizado e as aulas devem ser ministradas nos três períodos, dando ênfase ao período noturno.  
88 Considera-se um avanço a questão do bônus, mas há necessidade de expansão para todos os  
89 campi da USP. Também há proposição de mudanças no vestibular, porque ele não atrai os  
90 alunos das regiões mais distantes e mais carentes, pois o estilo do vestibular é com provas  
91 muito conteudísticas, dificuldade que nos faz pensar sobre uma revisão das provas do  
92 vestibular. Os alunos se manifestaram contra o bônus e a favor das cotas, e entre os professores  
93 e funcionários, no geral, as cotas são aceitas, mas entre os membros do CO, há certa rejeição  
94 para a sua adoção, por isso a comissão terá um papel importante, ao fazer uma análise bem  
95 qualificada, para que se possa argumentar no sentido das cotas. A proposta foi considerada  
96 melhor que o PIMESP, que foi derrotado, e ela exige grande divulgação e maior discussão; o  
97 debate deve ser organizado pela USP, principalmente com a sociedade civil e com a imprensa.  
98 As metas e as técnicas devem estar adequadas com a proposta. Foram feitas **contrações** com as  
99 Universidades Federais e alguns levantaram a questão de que a democracia, que diz respeito ao  
100 ingresso dos alunos relacionados às cotas, está muito mais avançada do que na USP. Há ênfase  
101 na necessidade de acesso aos dados da FUVEST para aqueles que pretendem fazer estudos, o  
102 que é muito complicado. Temos que divulgar a questão, pois o debate ultrapassa os muros da

103 USP. Nos comentários do Reitor, ele pretendeu fazer um balanço, o que foi um balanço  
104 positivo, na verdade foi aprovado o plano de inclusão e apesar das divergências, elas se referem  
105 mais a meios e modos operantes, mas que de qualquer forma a aprovação do plano representava  
106 o primeiro passo no sentido da inclusão. Movimento que podemos considerar muito atrasado,  
107 pois esta questão poderia ter sido mais discutida, conjuntamente com a questão da mudança  
108 estatutária, pela qual poderíamos pensar a respeito de novas formas de eleição para Reitor e  
109 vice-reitor.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “A única informação que eu posso  
110 complementar é que o projeto foi aprovado com 67 votos, 5 votos contrários e 11 abstenções.”.

111 **ORDEM DO DIA: 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1.**  
112 **CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – RENOVAÇÃO DE**  
113 **CREDENCIAMENTO JUNTO AO CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO** (v.  
114 *anexos, Parecer FAVORÁVEL e a aprovação da Comissão de Graduação*). Após votação, o  
115 parecer foi **APROVADO. 1.2. CARGOS DE PROFESSOR TITULAR – pedidos de**  
116 **manutenção. (Prot. 13.5.845.8.8).** O DCP solicita manutenção do cargo da Professora  
117 Doutora Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida, aposentada em 29/09/2012. Após  
118 votação, a solicitação foi **APROVADA. 1.3. NORMAS E REGIMENTO DA COMISSÃO**  
119 **DE PÓS-GRADUAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES**  
120 **EM ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE (Prot. 13.5.42.32.5).** (v. *anexa solicitação e*  
121 *explicação da necessidade de apreciação pelas congregações envolvidas no referido programa*  
122 *interunidades, além das normas e regimento*). Após votação, a solicitação foi **APROVADA.**  
123 **1.4. PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE CENTRO DE ENSINO, PESQUISA E**  
124 **EXTENSÃO SOBRE EDUCAÇÃO DE SURDOS E LIBRAS (CESLIBRAS), EM**  
125 **PARCERIA INTERUNIDADES DA USP (FE/FFLC-RP/FFLCH). Proc. 13.1.288.48.3** (v.  
126 *anexa proposta e aprovação do Conselho Departamental de Linguística*). Após votação, a  
127 proposta foi **APROVADA. 1.5. OFÍCIO CIRCULAR GR/302, de 09.07.2013** (v. *anexo*  
128 *ofício solicitando envio de manifestações das congregações até o dia 20.09.2013*). **ENVIADO**  
129 **JUNTO COM A CONVOCAÇÃO PARA A CONGREGAÇÃO.** Com a palavra, o Senhor Diretor  
130 disse: “Gostaria de comunicar que este assunto vem sendo discutido de maneira não oficial já  
131 há algum tempo, e nesta Congregação já estamos discutindo-a faz muito tempo, inclusive por  
132 meio de debates, documentos que estão gravados e disponíveis. Tivemos recentemente um  
133 debate com os professores Francisco Miraglia e Cícero Araújo, temos documentos circulando,  
134 inclusive um que foi proposto pelo professor Renato Janine Ribeiro, apresentado há um ano  
135 aqui em um debate na Congregação, assim como existe uma proposta da Associação dos  
136 Docentes. Enfim, há várias discussões. Há a preocupação sobre se as orientações do passado

137 ainda são válidas, ou se haverá mudanças, caso houver, em qual direção elas ocorrerão. Creio  
138 que há vontade de mudança, mesmo que a direção dela ainda não seja clara. O tempo é curto  
139 para que façamos uma mudança tão substantiva na nossa constituição interna, para que logo na  
140 sequência ocorra a eleição. Gostaria que a nossa Congregação analisasse com paixão e com  
141 razão, distanciamento e paixão política. A nossa Faculdade precisa ter uma posição robusta, e  
142 caso estejamos convencidos de que temos algo deste tipo, podemos deixar em aberto a  
143 possibilidade de negociação com outras Unidades, pois sempre esperam que tenhamos uma  
144 posição de liderança sobre tais questões. Decidir bem significa refletir bem.”. Com a palavra, a  
145 funcionária Marlene Petros Angelides informou: “Com relação ao ponto anterior, eu gostaria  
146 que a representante junto ao CO enviasse para os demais membros desta congregação as atas  
147 do CO, como acontecia anteriormente.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Não  
148 sei se todos acompanharam as diferentes manifestações, mas considerando apenas os nossos  
149 canais institucionais, devemos ter um certo consenso, mapeamento das avaliações do que as  
150 pessoas estão fazendo e do que está em curso. A avaliação política é importante para que  
151 saibamos qual tipo de manifestação podemos eventualmente fazer. Na minha avaliação, havia  
152 expectativas, alimentadas pelos debates feitos pelo CO a respeito da eleição para Reitor. Foi  
153 neste contexto que o Renato Janine apresentou a sua proposta, pois havia expectativa de  
154 mudança do Estatuto. Isto aconteceu com todos os reitores eleitos, mas o atual Reitor sinalizou  
155 nos COs e nos debates, nos quais as congregações participaram. Entretanto, nada disso foi  
156 efetivamente levado à deliberação. Ao lado disso, havia muitas correntes de opinião e diversos  
157 boatos que manifestavam eventuais candidaturas e acordos políticos. Muitos Diretores e  
158 representantes de congregação estavam se sentindo incomodados pelo fato de não terem  
159 definido o processo eleitoral. Na minha avaliação, depois deste CO, no qual houve  
160 apresentação ao Reitor de uma proposta, assinada por parte da representação docente, de alguns  
161 diretores e de alguns representantes da congregação no CO, que consistia no pedido de uma  
162 convocação para reunião extra do CO com a proposta de estipular a consulta, creio que esta  
163 proposta é do conhecimento de todos, a proposta teve o número suficiente de votação para  
164 exigir que o Reitor colocasse-a em pauta, segundo o que está no Estatuto, porém, ele pode  
165 decidir quando isso acontecerá. Este é o cenário dos fatos até o último CO. A partir daí, houve  
166 uma série de manifestações do Reitor indicando que ele aposta em uma democratização e na  
167 participação. No seu ofício, ele fala de 120 mil membros da comunidade uspiana, o que  
168 corresponde à soma das três categorias. Ele está incentivando a manifestação, a criação do site  
169 Democracia, a portaria que regulamenta, ou melhor, aconselha que aqueles que estão em  
170 cargos, deixem-nos, para que o processo eleitoral aconteça de forma isolada entre os

171 candidatos. Isto surpreendeu muita gente. Na minha avaliação, os gestos do Reitor vão na  
172 direção de desarticular uma eventual articulação de forças dentro e fora do CO, evitando que  
173 este debate seja colocado em pauta rapidamente. O resultado objetivo disso é que estamos no  
174 fim de agosto e não temos a definição nem da comissão eleitoral e nem do processo eleitoral.  
175 Os eventuais candidatos também estão nesta indefinição, ou seja, há a indefinição da arena  
176 política, na qual haverá o debate político, e quem está com a iniciativa é o Reitor, o tempo  
177 inteiro convocando os membros da comunidade a se manifestar. O Reitor diz que ele é a favor  
178 da democracia e que os 120 mil participem desta discussão, mas ele não diz como. Ele jogou os  
179 holofotes para os outros colegiados, CO e Congregações. O gesto se reitera no último USP  
180 Destaque quando ele abre a infraestrutura da Universidade para organizar debates sobre esta  
181 questão. Acho que devemos pensar nisso, no ponto de vista da hierarquia dos colegiados e do  
182 espaço institucional, mas quero esclarecer, aqui discutimos o espaço institucional. O espaço  
183 institucional está na iniciativa do Reitor, e ele abriu o espaço institucional de debate,  
184 oferecendo todos os meios. As Unidades precisam responder e cumprir o outro lado do diálogo  
185 que está aberto. Como iremos nos manifestar publicamente com relação à proposta da  
186 participação?”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Podemos projetar a proposta do  
187 professor Janine e a fala do Cícero. Eu recebi do professor Brasília João Sallum Júnior o  
188 seguinte documento, dirigido à congregação desta faculdade: “Colegas, na impossibilidade de  
189 comparecer a esta sessão da congregação, por estar com problemas de saúde, encaminho  
190 proposta para pautar, caso aprovada, a atuação dos nossos representantes no CO. O núcleo da  
191 proposta é simplesmente acabar com o segundo turno na eleição para Reitor, dando nova  
192 redação ao artigo 36, capítulo 5, do Estatuto da USP. Proponho que o artigo 36 tenha a seguinte  
193 redação: ‘artigo 36 – o Reitor, professor titular da USP, será nomeado pelo Governador do  
194 Estado, a partir da lista tríplice de nomes, elaborada da seguinte forma: 1 - a composição da  
195 lista decorrerá de eleição popular por assembleia universitária; 2 – serão eleitos os três docentes  
196 mais votados pelos membros da Assembleia Universitária, composta pelo CO, pelos Conselhos  
197 Centrais e pelas Congregações das Unidades; 3 – no caso do empate, dois ou mais candidatos  
198 que impeçam a definição de três nomes, integrará a lista aquele candidato com maior tempo de  
199 serviço docente; 4 – cada voto conterà no máximo três nomes dentre os candidatos inscritos; 5  
200 – cada eleitor terá direito a apenas um voto.’”. Com a palavra, o Prof. Marcos Francisco  
201 Napolitano de Eugênio disse: “Tenho a impressão, dada a urgência do tema, que temos duas  
202 possibilidades: dizer o que a Congregação acha ideal, dado o cenário que nós consideremos  
203 minimamente ideal para a eleição, para a democratização da USP, particularmente para este  
204 momento, a eleição para Reitor. Podemos chegar à conclusão de que a paridade é um princípio,

205 não sei se teremos clareza para definir, mas se conseguirmos clareza para definir que a paridade  
206 é um princípio, podemos levá-la como questão para os fóruns e para as mesas de debate. O eixo  
207 da discussão hoje é aprovarmos alguns princípios, dado o acúmulo de debates que já temos na  
208 Congregação. Não definir formas, deixar margem para negociação com outras Congregações e  
209 outras instâncias, mas aprovando alguns princípios com relação à democratização da USP,  
210 particularmente a eleição para Reitor, ou, por exemplo, a democratização dos outros  
211 colegiados. Paridade, o eixo da discussão deve ser este.”. Com a palavra, o Senhor Diretor  
212 disse: “Eu acho que algumas coisas são palatáveis ao CO, como é o fim do segundo turno.  
213 Podemos discutir isso. As grandes objeções que eu ouço é que o primeiro turno não vale nada,  
214 e é no segundo turno que se fazem todas as negociações de bastidor, que vão resultar uma  
215 eleição predeterminada. Eliminar o segundo turno aumentaria a capacidade de escolha da  
216 comunidade no geral e diminuiria a margem do Reitor interferir no processo eleitoral. Podemos  
217 discutir se somos a favor ou contra esta proposta. Na proposta do Renato Janine havia duas  
218 questões que me eram muito sensíveis, que era uma espécie de engenharia para ampliar o  
219 colégio eleitoral, o que significa ampliar as vozes e a multiplicidade das vozes. Uma terceira  
220 questão é a obrigatoriedade dos candidatos se inscreverem, processo eleitoral, formal, público,  
221 no qual as pessoas saibam quem são os candidatos. O Renato fez propostas para os  
222 procedimentos. Por exemplo, qualquer um que quiser se candidatar deve angariar apoios, não  
223 que eles devam apoiar a minha eleição, mas que me apoiem enquanto candidato, o que é outra  
224 coisa. São duas questões que me parecem muito importantes, mas temos outras questões, como  
225 a consulta e a paridade.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena Rolim Capelato disse:  
226 “Concordo com as questões que você levantou, Sergio. Há a possibilidade de se pensar,  
227 conversando com representantes de outras Unidades, sobre a questão de eliminar o segundo  
228 turno. Quero lembrar que logo depois das Congregações, um grupo de professores se reuniu  
229 algumas vezes com a intenção de discutir a questão da eleição de Reitor, houve conversas  
230 muito interessantes que caminharam no sentido positivo. A questão mais complicada que me  
231 pareceu foi discutir a questão da paridade, porque há inúmeras formas de compreensão,  
232 trabalho mais difícil de fazer. Temos que levar uma proposta sobre a paridade, o que, imagino,  
233 é da vontade desta congregação.”. Com a palavra, o Prof. Marcelo Candido da Silva disse:  
234 “Concordo com a maior parte do que a Maria Helena falou, não sou muito otimista, porém,  
235 quanto à questão do segundo turno. É importante lembrar que para várias Unidades,  
236 principalmente as pequenas, o segundo turno representa uma forma de equilíbrio com relação  
237 às Unidades maiores. O fim do segundo turno não seria bem visto pelas Unidades pequenas,  
238 pois elas têm aí a oportunidade de aumentar o seu cacife eleitoral em relação às Unidades

239 grandes. A negociação deve levar em conta este aspecto. Eu concordo que é fundamental a  
240 ampliação do colégio eleitoral, estamos atrasados quando nos comparamos com as outras  
241 universidades.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse: “Eu defendo a proposta de  
242 que seja feita consulta para a eleição para Reitor, porque todos somos membros da comunidade  
243 universitária, mas o peso dos diferentes setores deve ser ponderado. Eu não penso que o voto de  
244 todos possa ser igual, o que já aprofundamos bastante em discussões passadas, inclusive houve  
245 aqui uma apresentação matemática muito clara sobre qual seria o peso que teria o voto de um  
246 professor em relação a quantos funcionários e quantos alunos, e diferentes modelos de  
247 paridade, como o 60/20/20 da UNICAMP e como o 70/15/15 da UNIFESP, e como seria a  
248 paridade com o mesmo peso para as três categorias. Em todos os casos, o peso do voto docente  
249 é muito maior, como deve ser, devido ao lugar que nós ocupamos dentro da comunidade  
250 universitária. Eu penso que é paradoxal ter que fundamentar, porque os docentes devem votar e  
251 ser consultados. Eu sei que eu votaria porque eu estou na Congregação. Até agora, de todas as  
252 argumentações em torno da proposta para que não haja consulta, eu não fui convencido por  
253 nenhuma. Eu penso que temos que inverter um pouco a coisa. A anomalia é que os docentes  
254 não votem e de quanto pode representar os votos dos estudantes e dos funcionários. Muitas  
255 vezes eu vi argumentações no sentido de que uma consulta iria contra a qualidade da produção  
256 na Universidade, medida de qualidade que é mostrada em torno de rankings que se baseiam  
257 precisamente na medição do que nós, professores, produzimos, nós que não somos chamados a  
258 votar, pois apenas alguns de nós votamos, aqueles que se aproximam da função de gestão.  
259 Àqueles que defendem que não haja consulta, eu gostaria de perguntar por que alguns docentes  
260 devem manifestar a sua opinião e outros não. Gostaria que as fundamentações contrárias para a  
261 existência da consulta, partindo da ideia de que a USP está numa anomalia se fizessem ouvir;  
262 gostaria de ouvir os argumentos que defendem esta anomalia, mostrando por que esta anomalia  
263 é necessária e por que todos os outros estão errados. Gostaria que se incluísse na argumentação  
264 para que saibamos por que as pessoas votando produziram uma queda na qualidade. Gostaria  
265 que explicitassem quais são as críticas à produção científica da UNICAMP e da UNIFESP, e se  
266 possível que os autores publiquem estas críticas. Faz dois anos que participo do CO. Minha  
267 impressão não é que o filtro que acompanha o CO dê lugar a discussões de um nível tal que ela  
268 não possa ser acompanhada pelo comum dos professores, e nem sequer pelo comum dos  
269 alunos. Minha impressão é o contrário. Eu penso que está na hora de fundamentar o contrário.  
270 A faculdade pode ter o papel de sinalizar que é necessário revisar a diferença entre a USP e as  
271 outras universidades do país, inclusive algumas que são líderes em pesquisa. É necessário  
272 revisar esta situação de que não haja nenhum tipo de mecanismo de expressão. Quanto às



273 proporcionalidades, foram expostas aqui diferentes tabelas, acho que seria interessante discuti-  
274 las e estar muito aberto, no CO ou nas instâncias que for, para poder negociar em torno disso.  
275 Possivelmente o ideal não possa ser neste momento encaminhado. Eu gostaria que me  
276 explicassem qual é o problema para que haja uma consulta.” Com a palavra, o aluno Bruno  
277 Carvalho Rodrigues de Freitas disse: “Gostaria de lembrar que da parte dos estudantes o que  
278 interessa é a ampliação da possibilidade de voto para a eleição para Reitor. É bem razoável a  
279 proposta defendida há pouco que propunha que se discutisse pelo menos em termos mais  
280 genéricos, mas colocando como ponto de discussão a paridade, o que vamos entender por  
281 paridade é uma discussão que demanda mais minúcias, mais detalhes. Se quisermos ter algum  
282 parâmetro para conversar sobre a paridade, acho que a LDB é algo razoável, o que pode nos dar  
283 um parâmetro de discussão. A USP está muito próxima do diagnóstico que o Professor Adrian  
284 colocou, ela está numa situação anômala. Em síntese, a posição dos alunos, em especial dos  
285 alunos da pós, é que se ampliasse a participação. Sem dúvida, nós não somos a favor do  
286 número atual de representantes dos docentes.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende  
287 de Araújo disse: “Eu pensei sobre o tema e relutei bastante sobre a possibilidade de nós  
288 tirarmos, desta reunião, uma posição ou um documento a respeito desta questão. Nestes dias,  
289 conversando com a Valéria, ela me convenceu sobre a necessidade de nós tomarmos alguma  
290 iniciativa na presente reunião. Acho que o problema principal não é a definição de uma  
291 proposta detalhada a respeito da sucessão, embora já tenhamos discussão acumulada a este  
292 respeito, mas por conta de um problema estratégico que temos que enfrentar neste período, que  
293 é a iniciativa que o Reitor detém sobre esta questão. Esta iniciativa é bastante inusitada, pois o  
294 ator que tem a iniciativa produziu um vácuo, ele produziu um vácuo, ele não apresentou uma  
295 proposta, e ao mesmo tempo ele não deixa que este vácuo seja ocupado, especialmente pelos  
296 candidatos a Reitor. Ele abre o vazio e se mantém como guardião deste vazio que ele criou.  
297 Este é o problema que temos que enfrentar neste momento. Como jogamos com esta iniciativa  
298 inusitada? Temos dificuldades em especular sobre as intenções mais íntimas do ator em  
299 questão, e isso pode nortear as nossas decisões. Este é o fato. Temos que nos preocupar com  
300 isso não só porque desejamos mudanças no Estatuto e nas regras da eleição, mas também  
301 porque desejamos mudança na estrutura de poder na Universidade e as regras sobre eleições e  
302 dirigentes são apenas um ponto de partida. Podemos cair numa armadilha se pensarmos a  
303 questão apenas nesta dimensão. O vácuo produz uma sensação ruim, embora produza  
304 esperança; produz um efeito colateral ruim pela sensação de instabilidade institucional. Temos  
305 que ir na direção de propor mudanças, lutar por isso, e ao mesmo tempo estar atentos ao efeito  
306 perverso que a instabilidade institucional pode criar no meio do caminho. Temos que zelar para

307 que as mudanças sejam feitas por meios institucionais, este é um ponto fundamental. Parece-me  
308 que há um jogo perverso, por conta de conflitos internos à Universidade, no qual se abre espaço  
309 para um jogo que se resolve por formas no mínimo de institucionalidade duvidosa. Temos que  
310 lutar contra esta possibilidade para que as mudanças sejam mudanças efetivas e duradouras.  
311 Acho que o melhor caminho para ocuparmos o espaço neste momento é a nossa faculdade se  
312 apresentar com uma manifestação pública, fazendo uma pequena avaliação a respeito destas  
313 preocupações que eu acabei de dizer, apontando uma orientação geral para a discussão, que não  
314 precisa ser uma proposta detalhada, orientação através de quais serão os princípios que  
315 nortearão uma mudança satisfatória dos institutos. Daremos uma orientação intelectual para a  
316 discussão, ao invés de fazermos uma discussão sobre se é isso ou aquilo. Uma proposta que  
317 tirássemos aqui e que fosse fechada e unilateral seria inútil se analisarmos isso do ponto de  
318 vista institucional, porque uma mudança que venha a ocorrer através das instituições deve  
319 responder ao coro mínimo do CO, 2/3 do colegiado, logo, uma proposta de mudança que se  
320 queira feita através do convencimento e do diálogo, argumentos, que é a nossa principal força,  
321 ela vai ter que reunir muito apoio, não só desta Faculdade. Teremos que conseguir um amplo  
322 apoio pela mudança que consiga convencer este coro qualificado a respeito de uma proposta. O  
323 que podemos fornecer a respeito deste amplo acordo, se estivermos acordados que precisamos  
324 agir no sentido de costurar o consenso, o papel da Congregação, e especialmente do nosso  
325 Diretor, vai ser costurar o acordo sem que princípios fundamentais sejam deixados de lado.  
326 Terreno que a nossa Faculdade deve construir, espécie de frente para a mudança, que começa  
327 com a sucessão, mas que vai adiante. Não podemos esquecer que os dirigentes estão  
328 respaldados numa estrutura de poder que possui altíssima concentração nas mãos de poucos  
329 com poder discricionário. Temos que mudar a forma de eleição, mas temos que pensar que  
330 qualquer dirigente, eleito de qualquer forma, tem poder discricionário nas mãos. Não queremos  
331 nem um super vilão, nem um super herói, porque sabem que facilmente um se transforma no  
332 outro. Não estamos preocupados com as pessoas, mas com as regras institucionais que  
333 permitam a democratização da estrutura desta Universidade. Acho que temos que fazer uma  
334 espécie de declaração de princípios que se resumem a dois: participação e transparência. Estes  
335 são os dois pilares do processo de alteração das regras atuais, pois elas não contemplam estes  
336 princípios satisfatoriamente. Abertura para a participação implica a combinação de uma  
337 consulta à comunidade, não importando os detalhes, o que importa é o princípio, com o diálogo  
338 com a estrutura representativa da USP, esta que precisa ser fortalecida e que nos últimos anos  
339 foi enfraquecida e esquecida. Abertura à participação implica diálogo com a estrutura  
340 representativa. Eu acredito que nós já não temos um segundo turno, pois a ideia de segundo

341 turno implica que o mesmo colégio de eleitores repita o processo caso não se consiga atingir  
342 um determinado patamar de votação. O que acontece hoje é que são duas eleições com eleitores  
343 diferentes. Podemos até discutir o segundo turno, desde que ele seja composto pelo mesmo  
344 colégio eleitoral. O processo atual permite a figura do grande eleitor, o que torna o resultado do  
345 processo fixo desde o início. Quando tirarmos a figura do grande eleitor, o processo fica  
346 indeterminado, incerto, o que é fundamental para a democracia e que não acontece atualmente.  
347 Temos que atacar neste ponto. Daí vem o segundo princípio, a transparência, que não envolve  
348 só isso, mas regras muito simples, como lembrou o professor Sergio, que o atual Estatuto  
349 omite. São elas: que os candidatos se apresentem com antecedência, conjuntamente aos seus  
350 programas; prazo para inscrição dos candidatos; regulamentação da campanha eleitoral,  
351 garantindo equidade da disputa; amplo acesso aos pontos de vista dos candidatos. Parece  
352 simples, mas nós não temos o princípio da transparência. Há ampla margem de negociação a  
353 respeito disso, mas nós devemos nos dirigir à comunidade uspiana com este espírito, não  
354 precisamos entrar em detalhes. O nosso papel, além de dar a orientação intelectual, é o de  
355 costurar esta frente, e o nosso Diretor é absolutamente adequado a cumprir este papel. O Reitor  
356 está fazendo jogo e nós não temos outra alternativa a não ser ocupar este espaço. O que temos  
357 de recurso? Densidade intelectual para apontar uma orientação.”. Com a palavra, o Prof.  
358 Marcos Francisco Napolitano de Eugênio disse: “Reitero a questão dos princípios, acho que  
359 tem que ser por aí mesmo. Em conversa com a Maria Helena, ela levantou uma questão que é  
360 importante. O que é possível fazer para esta eleição, se a armadilha está colocada? Temos que  
361 ter uma dupla orientação, o que a Congregação quer para este processo, e o que ela quer  
362 idealmente, dentro da margem de negociação possível, para o processo no longo prazo. Tenho  
363 dúvidas se é possível termos mudanças para esta eleição, parece que não, pelo andar da  
364 carruagem. Evitamos que uma discussão de qualidade, de princípios, reforce, como nos disse o  
365 Cícero, o vazio institucional. Sem querer, podemos contribuir para este processo de  
366 indeterminação no curto prazo. O documento deve conter dupla preocupação, definição no  
367 curto prazo, do que é possível e viável, mas deve conter também os princípios, que podem ser  
368 respaldados pelo documento da LDB, ele que é bem razoável, não possui nada muito avançado,  
369 se não me engano é 70/15/15. Ao mesmo tempo que determinamos o princípio, delimitamos a  
370 direção para o longo prazo. O que é possível de fazer no curto prazo eu não tenho clareza.”.  
371 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Já que eu fui instigado pelo professor Cícero, ao dizer  
372 que cabe a mim a tarefa de enfrentar a questão, com sabedoria, quero falar algumas coisas.  
373 Gosto da ideia dos princípios e acredito que devemos adensar a discussão, mas não podemos  
374 perder de vista algumas questões. Uma delas é que o processo vai se dar num espaço

375 determinado, o CO. E ele não é o mesmo colegiado da consulta, na consulta se é docente,  
376 funcionário ou estudante, categorias que estão divididas em diversos subgrupos. Quando chega  
377 lá no CO, a representação é institucional, se fala pelos doutores, pelos livre-docentes, pela  
378 Unidade que se representa. Não podemos esquecer que nós temos que traduzir a vontade  
379 política em ação política. Em segundo lugar, sabemos o que é o CO, reconhecendo-o como uma  
380 expressão do que é o Brasil, país conservador, apesar de todos os avanços recentes. O Reitor ao  
381 nos colocar neste vácuo, nos colocou numa situação perigosa, pois ele pode reforçar o laço  
382 conservador. Podemos ponderar entre o ideal e o possível politicamente, porque eu acho que  
383 algumas coisas serão negociáveis, mas outras eu não sei. Vamos supor: qual é a natureza desta  
384 consulta? Temos que discutir isso. Se ela é indicativa, ela vai ter um impacto, mas se ela é  
385 imperativa, ela vai ter outro impacto. Em função da natureza conservadora do CO, temos que  
386 pensar que isso é um processo. Uma das coisas que podemos pensar é na criação de condições  
387 para saber quais são os candidatos que irão se comprometer em avançar no processo de  
388 aperfeiçoamento eleitoral. Acho que temos que ponderar. Quero ter esta sabedoria e  
389 competência, mas quero ter o pé no chão. Precisamos ter uma proposta viável, pois quero  
390 avançar politicamente neste processo eleitoral, pela confiança que este Colegiado tem me  
391 atribuído.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Acho que a análise das  
392 possibilidades, pela colocação do Marcos, da Maria Helena e do Sergio, deve considerar vários  
393 cenários, por isso eu comecei falando do cenário político, mas eu falei do cenário político  
394 interno. Temos que considerar também o cenário político externo à USP, para o qual o Reitor  
395 acenou; ‘ a sociedade irá julgar’ determinou o documento que ele disponibilizou. Acho que o  
396 que será possível ou não é uma preocupação, mas não vejo qualquer sentido de eventual  
397 cumplicidade, princípio que nós não queremos por aqui. Acho que o Cícero colocou bem a  
398 questão, ao dizer que temos que pensar na ampliação da participação e, por questões  
399 evidentemente legais, haverá um colégio qualquer que vai fazer a lista tríplice. A elaboração da  
400 lista tríplice é sim definida, quem é que vai fazer é que não está. O que não está definido é o  
401 processo interno para a elaboração da lista tríplice. Alguém aqui estranhou que apareceu  
402 ‘assembleia universitária’ no documento do Brasília; ela existe no estatuto da USP, mas ela  
403 nunca foi convocada, apesar de existir desde a reforma de 88. Temos que fazer uma declaração  
404 de princípios, o que foi bem colocado pelo Cícero, e o que é republicano, não é nada  
405 estratosférico, pois é simplesmente ampliação da participação e da transparência. Temos  
406 dificuldades de acreditar que vivemos numa república, mas vivemos. Pelo pouco número de  
407 inscritos para falar, me pergunto se estamos em consenso. Eu não sei. Precisamos indicar  
408 claramente que queremos ampliação da participação, porque isso traduz o princípio

409 democrático. Argumentos para isso não faltam. A USP é a única Universidade do Brasil que  
410 não faz nenhum tipo de consulta. Nas federais, variam amplamente as proporções, algumas são  
411 70/15/15, que é o caso da UNIFESP, e vão até a paritária. Acho que esta é uma questão  
412 fundamental. Nós, membros desta comunidade, temos que indicar para a sociedade que  
413 estamos pedindo um princípio republicano. Primeiro, é preciso ocupar o vazio institucional,  
414 criando para isso uma arena institucional legítima de discussão política, na qual os candidatos  
415 podem eventualmente se apresentar. Precisamos tomar a iniciativa de deixar sempre claro quais  
416 são os conceitos. Primeiro, a palavra consulta é consulta, não é eleição. Portanto, usarmos  
417 sempre a palavra consulta, tirando a confusão, deixa claro que ela é meramente indicativa,  
418 expressão exclusivamente política, não é uma amarra e ninguém pode se sentir ofendido por  
419 isso. Segundo, várias pessoas falaram ‘paritário 70/15/15’, mas isso não é paridade. Quando  
420 falamos em voto, representação das diversas categorias, falamos de proporcionalidade na  
421 representação, não devemos usar a palavra paridade, pois ela quer dizer 1/3, 1/3 e 1/3, o que  
422 não quer dizer um voto por cabeça, proposta que nunca entrou em cogitação nos espaços  
423 universitários do Brasil, apesar dela existir em universidades da Europa. Nem os estudantes  
424 defendem esta proposta. Muita gente acha que paritário é um voto por cabeça. Temos que  
425 tomar cuidado com a nossa fala. Consulta é consulta, não é eleição e voto paritário é voto de  
426 representação, igual ou paritária, entre os diferentes segmentos que vão para o processo  
427 eleitoral. Devemos votar alguns princípios, consulta ou não consulta? Ou melhor, primeiro  
428 devemos discutir em torno de quais princípios temos consenso para pautar a redação do  
429 documento. Segundo, acho que temos que discutir os temas, consulta ou não consulta? Depois  
430 devemos discutir diferentes proporções sobre a consulta. Outra questão é se aquele que foi  
431 indicado vai entrar na lista tríplice. Que o processo eleitoral seja regulamentado, ou seja, tempo  
432 para a candidatura, tempo de inscrição, o processo eleitoral, toda esta operação, é fundamental  
433 para o debate. Sobre o colégio eleitoral, aquele que faz a lista, nós teremos que nos deter mais,  
434 pois temos desde a proposta da assembleia até a proposta de manter como está, entendendo que  
435 esta é uma proposta para ser negociada. O Sergio, tanto quanto muitos de nós aqui, desde que  
436 voltaram as aulas, deve ter sido interpelado sobre o que a Faculdade de Filosofia vai fazer.  
437 Evidentemente esperam da Faculdade de Filosofia o que é da sua tradição, todos sabem que  
438 fazemos eleição paritária para Diretor há anos e nunca tivemos crise institucional aqui. A  
439 expectativa, eu não sei totalmente. Esta tradição tem um peso, a nossa Faculdade, quando  
440 observamos os rankings, foi a melhor colocada em todos eles e, no entanto, nós temos a  
441 participação da comunidade na eleição de chefia de departamento e de unidade que vem desde  
442 a ditadura militar. Há o que desmistificar nisso, por um lado, e por outro lado eu peço que todos

443 sejam rigorosos na utilização dos termos políticos.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena  
444 Rolim Capelato disse: “Quando me referi a nossa Faculdade, a questão está muito colocada,  
445 basta ir às assembleias estudantis que elas estão lá. Estamos pensando na questão da ampliação  
446 da participação dos alunos, eles vão se manifestar neste sentido. Precisamos considerar as duas  
447 possibilidades, aqueles que querem a paridade e aqueles que querem a proporcionalidade, que  
448 também é muito variável.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Maria Helena, de  
449 novo você colocou a mesma questão. O que, até agora, ao menos, nas reivindicações dos  
450 estudantes se formalizou é a proposta de paridade, na qual eles, no conjunto, terão poder de  
451 decisão igual ao conjunto dos professores e ao conjunto dos funcionários. Fazemos isso aqui na  
452 nossa Faculdade. Para fazer esta conta precisamos pegar o número total de cada categoria e  
453 estabelecer o fator de multiplicação, definindo assim o peso paritário.”. Com a palavra, a Profa.  
454 Maria Helena Rolim Capelato disse: “A dificuldade que temos é justamente discutir a  
455 proporcionalidade. Fico preocupada pelo seguinte. A Congregação é muito diferente do CO. Lá  
456 é tudo muito rápido, não há espaço para discussão. Apenas alguns poucos fazem  
457 questionamentos, de resto é só votação. Caso se leve ao CO uma questão que demanda  
458 explicação, como a questão dos princípios, e não apresente coisas mais concretas, que já foram  
459 discutidas com representantes de outras Unidades, verificando a possibilidade ou não daquela  
460 proposta passar, a argumentação que se leva para lá tem que ser muito enxuta.”. Com a palavra,  
461 o Senhor Diretor disse: “Acho esta questão importante, mas é justamente ela que é alvo de  
462 margem de negociação, pois não sabemos o que o outro está pensando. Eu estou muito sensível  
463 à ideia de refletir sobre a questão dos princípios, por que este ou aquele, mas deixando uma  
464 margem para negociação. Temos que entregar a proposta no dia 20/09, mas teremos  
465 congregação dia 19, o que nos permite acertar uma coisa a partir da negociação. A minha  
466 preocupação é que possamos estabelecer princípios e quais os argumentos que iremos usar, e  
467 depois disso sairemos à rua. Caso eu tenha condições de avisá-los antes sobre o impacto da  
468 proposta, podemos discutir uma proposta mais detalhada, pois ainda teremos tempo.”. Com a  
469 palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Neste fim de mês haverá várias Congregações. A  
470 Faculdade de Farmácia, conhecida por ser conservadora, aprovou a consulta no sistema da  
471 LDB.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Eu insisto nisso, que o  
472 central neste momento é pensar estrategicamente a questão. Não é tão importante, ao meu ver,  
473 defender uma proposta detalhada, o importante é reagir ao vazio que o Reitor produziu. Como é  
474 que respondemos a isso? Não respondendo ao pedido que o Reitor está fazendo, que é  
475 apresentar uma proposta. Temos que responder à comunidade que está neste momento  
476 angustiada com este vazio. Ao vácuo que o Reitor está propondo, nós estamos propondo outra

477 coisa, que é o campo de discussão, norteado por princípios. O campo de discussão pode  
478 envolver muitas alternativas, mais ou menos radicais. Temos que oferecer um campo  
479 alternativo ao vácuo. Não podemos nos perder nos detalhes, a nossa ação deve ser estratégica.  
480 O Reitor está agindo estrategicamente, fazendo um jogo. Nós temos que fazer outro jogo que  
481 preserve a estabilidade institucional, com uma discussão racional. O importante é criarmos um  
482 outro campo, não respondendo ao Reitor, mas sim para a angústia da comunidade.”. Com a  
483 palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Quero lembrar que a consulta é  
484 indicativa, como lembrou a Valéria. Mesmo com a consulta, ainda ficamos nas mãos de um  
485 colégio eleitoral muito reduzido, que é o CO e algumas pequenas comissões. Podemos pensar  
486 em um modo de ampliar o colégio eleitoral, como está na proposta do Renato Janine, juntando  
487 as duas coisas, a consulta com valor indicativo, mais o colégio eleitoral ampliado, para todas as  
488 instâncias de decisão dentro da Universidade, como os conselhos de departamento, as  
489 comissões e assim por diante.”. Com a palavra, o aluno Leonardo Octavio Belinelli de Brito  
490 disse: “Quero colocar três pontos. Primeiro, a decisão de princípios é importante, e acho que a  
491 proposta é importante. Não quero dizer uma proposta fechada e inegociável, mas para se  
492 negociar temos que ter uma proposta, o que precisa de princípios: por exemplo, sobre a  
493 democratização, no mínimo que ela esteja de acordo com a LDB, com proporção a se discutir,  
494 mas temos que ter uma proposta para negociação, evitando que caiamos em outro vácuo.  
495 Segundo, me parece, indo na direção do que o Adrian colocou, que existe a ideia de que há  
496 interesses diversos entre alunos, professores e funcionários, o que justificaria a diferença. De  
497 fato existe, mas o que eu questiono e vejo como perigoso é ver a democratização como uma  
498 ameaça à qualidade universitária. Esse tipo de raciocínio pode levar a distorções da  
499 configuração do poder, o que pode piorar a situação atual. Terceiro, o posicionamento dos  
500 estudantes, majoritariamente a favor da democratização, embora com distinções entre si, não  
501 pode não constar nas propostas adotadas pela Congregação.”. Com a palavra, o Prof. Milton  
502 Meira do Nascimento disse: “Gostaria de acrescentar alguns pontos. A respeito da proposta  
503 apresentada pelo Cícero, temos que estruturar um documento cujo conteúdo seja consistente,  
504 mas eu alertaria para a seguinte questão: a palavra consulta vai dar muita confusão se ela  
505 aparecer no nosso documento, por isso se a consulta for apenas indicativa, ela terá muito pouco  
506 efeito político, e valeria muito mais uma mobilização, uma greve geral na universidade do que  
507 uma consulta, pois ela não tem nenhum peso institucional, o CO pode não dar a menor atenção  
508 à consulta. Tem algum peso político, pois alguém foi indicado, mas o colégio eleitoral pode  
509 indicar outros nomes. Acho que a consulta é o caminho mais tortuoso possível, pois não é  
510 institucional. Um dos pontos do documento desta Faculdade deve ser a exigência da reforma do

511 Estatuto universitário agora, pedir a reforma do estatuto, visando à democratização da  
512 universidade. Este é o ponto. Se não for estatutário, não tem valor institucional nenhum. Vamos  
513 ficar esperneando com a consulta, mas outras formas, como a greve geral, podem espernear  
514 ainda mais até que seja decidida pela democratização da USP. A consulta é muito pouco eficaz.  
515 Lembro que na época do Carlos Guilherme Mota, ele foi indicado por consulta, há 30 anos.”.  
516 Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “O vencedor da consulta entre os professores  
517 foi o Goldemberg.”. Com a palavra, o Prof. Milton Meira do Nascimento disse: “A consulta foi  
518 feita em separado.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Era um CO malufista. O  
519 governador era o Montoro. Para articular uma mudança na Reitoria da USP um grupo apoiou a  
520 eleição por consulta paritária, e ele invadiu a assembleia da Adusp, fazendo com que três  
521 nomes ganhassem. Entre os professores, na hora de fazer a ponderação paritária, o Goldemberg  
522 ganhou por oito votos de diferença, mas no computo geral quem ganhou foi o Guilherme  
523 Rodrigues da Silva, oriundo da Superintendência do HC. O Montoro tinha um argumento de  
524 peso político, que era o fato do Goldemberg ter ganho a consulta entre os professores.”. Com a  
525 palavra, o Prof. Milton Meira do Nascimento disse: “São justamente estas confusões que a  
526 consulta gera, pois pode haver acordo nos bastidores para que se acatem estes tipos de decisão.  
527 É uma posição absurda do ponto de vista da praticidade da coisa. Eu acredito que indicar é uma  
528 possibilidade de abertura, mas por outro lado estamos entrando em um processo de  
529 supervalorização da figura do Reitor, enquanto que o processo de democratização deve partir  
530 do fortalecimento dos órgãos colegiados, da representatividade destes órgãos. Arejar os  
531 colegiados é muito mais importante do que apostar na eleição para Reitor, dando todos os  
532 poderes para ele. Eu não vejo nenhum receio em indicar no documento se desejamos eleição  
533 paritária ou proporcional, pois o resultado não seria muito diferente. Acho boa a indicação do  
534 Cícero, mas eu acho que seria muito razoável, por mais que alguns possam achar ridículo da  
535 minha parte, a Faculdade marcar uma audiência com o Reitor, já que ele nos enviou o  
536 documento, para questioná-lo sobre o conteúdo do documento, criando fóruns de discussão, o  
537 que nos daria elementos interessantes para desenvolver a reforma do Estatuto.”. Com a palavra,  
538 o Senhor Diretor disse: “Respeito a posição do Milton. Eu estudei muito uma professora da  
539 casa, a falecida Paula Beiguelman, e ela tem um maravilhoso livro chamado ‘A formação do  
540 povo no complexo cafeeiro’, no qual ela estuda o longo processo pelo qual passou a abolição  
541 da escravatura no país, processo longo de 30 anos, com negociações passo a passo para chegar  
542 em algo legítimo e desejável. Acho que temos que pensar politicamente, ao mediar o ideal com  
543 o real. Quero uma Universidade mais democrática, mas eu quero uma universidade onde o que  
544 há de melhor nela possa estar na sua direção. Podemos discutir o que é este melhor, que na



545 minha opinião é reunir reconhecimento acadêmico, transparência, abertura ao diálogo,  
546 pluralismo. Temos que reconhecer que a universidade possui a sua singularidade. Estamos  
547 falando de um complexo processo de produção e divulgação de conhecimento, formação de  
548 pesquisadores, patrimônio cultural que a universidade preserva, armazena e divulga. Somos  
549 produtores de cultura. Estamos falando de diferentes formas de participação, diante dos seus  
550 diferentes níveis. Não podemos esquecer que a universidade não é uma repartição pública. Eu  
551 não vou admitir que a USP se transforme em uma repartição pública, o que seria o fim.”. Com  
552 a palavra, o Prof. André Roberto Martin disse: “É bastante complicado. Podemos olhar pelos  
553 extremos possíveis, de um lado alguém pode considerar que o governador escolher o Reitor é a  
554 melhor coisa, mas de outro lado há quem acredite que não precisamos de reitor, por isso,  
555 precisamos chegar no meio termo. Pelo que ouvi até agora, é muito parecido o argumento  
556 daqueles que pretendiam impedir o voto do analfabeto com aqueles que querem impedir o voto  
557 dos calouros. Assim como o analfabeto tem condições de escolher o presidente, o calouro pode  
558 escolher o Reitor. Por isso eu defendo: princípio número um - cada membro de cada  
559 seguimento da comunidade universitária deve ter o direito de votar para Reitor. Não é consulta,  
560 é eleição; princípio número dois – a eleição será ponderada segundo cada segmento. Podemos  
561 não entrar agora nestes números, mas eu entendo que esta ponderação, indo na direção da  
562 meritocracia, direção tecnicamente atualizada, eu defendo que entre os três segmentos, aquele  
563 que deve ter a maior responsabilidade e que tem mais capacidade para dirigir é o corpo  
564 docente, por isso defendo que ele seja maioria em relação aos outros dois segmentos; princípio  
565 número três: não é o que eu defenderia, mas é o princípio político, que a escolha seja feita pelo  
566 governador pela lista tríplice. Temos que acatar a decisão do governador, pois não podemos  
567 questionar quando ele escolhe o segundo ou o terceiro da lista, pois faz parte da regra ele poder  
568 escolher. Do meu ponto de vista pessoal não é mais o caso do governador escolher o Reitor, o  
569 que fazia sentido quando o reitor tinha o peso do Secretário de Estado, fato que não ocorre  
570 hoje. Quero terminar dizendo sobre uma lembrança que tenho da escola pública. As pessoas se  
571 esquecem de dizer que um dos grandes problemas da escola pública em São Paulo é que não se  
572 elegem os diretores. A vantagem da democracia é justamente incorporar a todos na decisão,  
573 assim todos se sentem responsáveis em relação a ela.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo  
574 Fanjul disse: “Sobre a consulta, depois de ter escutado as falas do Cícero e do Marcos, eu  
575 realmente não vejo que do modo como foi exposta até agora pela enunciação destes princípios,  
576 estivesse incluída a precisão sobre o princípio da participação na forma de consulta. Eu penso  
577 que esta forma deve estar explícita e não me parece reduzir a dimensão intelectual de um  
578 documento o fato de ele incluir propostas específicas para aquilo que ele está tratando, neste

579 caso, os procedimentos institucionais, pois algum você tem que mencionar. Acrescento a esta  
580 fundamentação, além da transparência e da participação, o elogio da excelência, porque é  
581 absolutamente incompreensível que aqueles que participam da elaboração da excelência não  
582 sejam chamados para serem consultados. Não me parece que podemos cogitar a reforma do  
583 Estatuto para já, entre outras coisas porque, pelo modo de funcionamento do CO, não podemos  
584 propor uma reforma geral, mas sempre uma reforma em torno de alguma coisa, como um  
585 artigo, a menos que haja assembleia estatuinte, o que estamos muito longe de ter. Não me  
586 parece que não é significativa a existência da consulta, ela tem um peso e nós temos que ver  
587 qual. Caso não incluamos dentro da nossa declaração a enunciação de algum mecanismo,  
588 continuamos a produzir vácuos, ainda maiores que o produzido pelo Reitor, pois pelo menos  
589 ele fala da participação de todos e de cada um dos membros da comunidade.”. Com a palavra, o  
590 Prof. Fernando de Magalhães Papaterra Limongi disse: “Quero falar no sentido de apoiar a  
591 proposta do Cícero, distinguindo a questão do princípio a estratégia. Temos que atentar para o  
592 fato de que a proposta de mudança está partindo de alguém que já tentou fazer mudanças, mas  
593 ele foi derrotado. A quem interessa agora esta modificação e por que fez esta proposição?  
594 Temos que distinguir os princípios que queremos para o futuro das questões que estão  
595 colocadas hoje. A proposta que temos hoje é de alguém que já tentou a mudança e foi  
596 derrotado. Por que ele está insistindo nisso? Ele está pedindo alguma coisa. A decisão continua  
597 nas mãos do CO, no qual ele teve suas pretensões bloqueadas. Com relação aos princípios, nós  
598 já fizemos duas discussões aqui. É uma questão que deve ser amadurecida. No momento atual,  
599 qualquer proposta só vai ajudar aquele que está iniciando isso. Temos que pensar claramente  
600 sobre isso. Há uma questão de princípios ao abrir esta discussão hoje, pois o processo de  
601 sucessão para o Reitor já foi aberto, sob determinadas regras e com candidaturas começando a  
602 girar por aí. De repente vem uma portaria dúbia, na tentativa de embaralhar ambientes e de  
603 proibir pré-candidaturas, situação que é muito perigosa. Temos que defender o princípio de não  
604 alterar a regra do jogo enquanto ele está sendo jogado, alteração que é perigosa e que só vai  
605 beneficiar o outro lado. Por isso, a proposta do Cícero deve ser encampada. Temos que sair  
606 com um documento que aponte para os princípios e para o futuro, mas sem nada de muito  
607 específico. Essa é a armadilha, alguém fazer uma proposta específica para que se possa abrir o  
608 debate institucionalmente, pois ele está fechado institucionalmente. É isso que o Reitor quer,  
609 ele quer abrir a questão institucionalmente para benefício próprio. Não podemos ser ingênuos  
610 em cair na armadilha que ele armou. A proposta do Cícero é muito consistente, pois evitamos o  
611 truque, mas sem ser covardes, pois faremos a declaração de princípios, vaga o suficiente para  
612 que possamos não embaralhar do jeito que ele quer que embaralhe.”. Com a palavra, o Senhor

613 Diretor disse: “Uma das questões que estavam sendo cogitadas era a proposta de reeleição para  
614 Reitor. Ele propôs no CRUESP, mas foi derrotado.”. Com a palavra, a funcionária Marlene  
615 Petros Angelides disse: “Os funcionários desta Universidade vem fazendo debates há anos  
616 sobre a falta de democracia nas decisões e discussões sobre os rumos da universidade, e sobre  
617 outros temas do interesse da Universidade e da sociedade. Destas discussões saíram resoluções  
618 congressuais, como: estatuinte livre e soberana para a elaboração de um novo estatuto que  
619 amplie significativamente a participação das três categorias nas instâncias de decisão da  
620 universidade, e também a escolha para Reitor por meio de eleições diretas e com o voto  
621 universal. Neste sentido, esta é uma manifestação pessoal, esta discussão não foi feita com os  
622 funcionários da Universidade, mas as avaliações do Cícero e do Limongi eu compactuo  
623 integralmente, já a proposta do Milton expressa mais possibilidades de nós superarmos a falta  
624 de democracia na universidade, por isso eu concordo com a proposta do Prof. Milton.”. Com a  
625 palavra, o aluno Bruno Carvalho Rodrigues de Freitas disse: “Concordamos integralmente com  
626 a proposta de que hoje terminemos por redigir o documento de forma vaga, em termos de  
627 princípios gerais. Gostaria de enfatizar o fato de que quando formos dizer sobre a ampliação da  
628 participação, devemos deixar especificado que a ampliação deve atender aos estudantes. Quero  
629 sugerir para a próxima reunião, um dia antes do prazo de resposta para o ofício, que  
630 pudéssemos ter algumas diretrizes mínimas para ajudar mais nas negociações. Quero dizer que  
631 podemos buscar Unidades que pensem mais ou menos como nós, definindo padrões mínimos  
632 para um ponto de partida para uma proposta inicial que seja satisfatória para as negociações  
633 futuras, sem cairmos num outro vácuo de indeterminação. Acho que devemos ter este mês de  
634 negociação, buscando o diálogo com as outras unidades.”. Com a palavra, o Prof. Wagner  
635 Costa Ribeiro disse: “Eu queria, ao enfatizar a questão dos princípios, apresentar um princípio  
636 contra a lista tríplice, porque ela é o fim da democracia, ao colocar a decisão da escolha em um  
637 membro externo da comunidade. Ela é desnecessária se o governador referendar a escolha, mas  
638 se porventura ele afrontar o desejo da comunidade, ele pode gerar crise institucional, como  
639 aconteceu na PUC-SP atualmente. A lista tríplice deve ser banida, temos que ter coragem de  
640 começar este debate. O modelo que será adotado para Reitor provavelmente será repassado  
641 para as escalas das Unidades. Temos assistido ultimamente à escolha de segundos e terceiros  
642 membros indicados para a direção das unidades. Ainda que possa ser antidemocrático, o atual  
643 regime de escolha tem sido negligenciado, como aconteceu com o CO quando o Rodas foi  
644 escolhido para Reitor. Já que vamos falar em princípios, a lista tríplice é antidemocrática e  
645 desnecessária. Temos que ter coragem de atacar este ponto. A presidente Dilma deu um  
646 exemplo recente na escolha do procurador geral, pois ela escolheu o primeiro da lista. Se a

647 USP, especificamente a nossa Unidade, não tocar neste assunto, ficarei bastante preocupado.”.

648 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “A lista tríplice é uma determinação de lei estadual,

649 tarefa política mais à frente. Acho que devemos retirar esta reivindicação da pauta de agora,

650 pois ela vai atrapalhar as negociações. Podemos colocá-la num segundo momento, com

651 mobilização da comunidade, no sentido de se dirigir aos nossos representantes na Assembleia

652 para que se possa rever isso. Agora temos que pensar no espaço da nossa constituição. Agora

653 que as inscrições estão encerradas, podemos começar a discutir a redação do texto e, se for o

654 caso, votar, para que possamos por ora encerrar o assunto, sem detrimento de que na próxima

655 congregação voltemos e emendemos o documento, caso seja necessário. O que eu estou

656 entendendo que vai sair daqui é um documento e que eu estou autorizado a fazer negociações e

657 a convencer as outras Unidades sobre a virtude dos nossos princípios.”. Com a palavra, a Profa.

658 Valéria de Marco disse: “Acho que podemos encaminhar a votação, sem prejudicar a última

659 observação do Wagner, sobre princípios que devem nortear as nossas propostas, e nós

660 votaremos em algumas depois de votar os princípios. Primeiro encaminhamos assim.

661 Eventualmente podemos indicar uma comissão da Congregação, com as diferenças de

662 entendimento que apareceram aqui, para que ela redija o texto, devendo ter a nossa aprovação

663 no final, pois quando começamos a discutir um texto nós nos perdemos muito. Temos que votar

664 nos princípios antes de indicar a comissão, pois ela deve ser composta por pessoas com

665 propostas distintas. As propostas devem se basear nos princípios que foram decididos

666 anteriormente.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Acho que a proposta é boa.

667 Elaboramos os princípios conjuntamente e uma comissão faz a elaboração do texto a ser votado

668 no final da reunião. Vamos votar os princípios. O primeiro deles é a abertura para a

669 participação, entendendo por isso a existência de mais vozes manifestando a vontade política na

670 eleição do processo eleitoral.”. Após votação, o princípio foi **APROVADO** por unanimidade.

671 “O segundo princípio é sobre transparência, entendendo por isso que as regras sejam discutidas,

672 votadas e que o processo seja público e, sobretudo, que ele possa ser verificável. Queremos

673 cada vez mais que as decisões não sejam decididas nos bastidores, por negociações que não são

674 feitas à luz do público, mas que as negociações sejam públicas e tenham grande visibilidade,

675 possibilitando que todos possam discutir os princípios e as regras de votação.”. Após votação, o

676 princípio foi **APROVADO** por unanimidade. “O terceiro princípio é a lista tríplice. O que está

677 em discussão é a supressão da lista tríplice.”. Com a palavra, o Prof. Wagner Costa Ribeiro

678 disse: “Não quero atrasar a discussão, mas ao tratarmos de princípio é sempre bom que a gente

679 aproveite e lance ideia para frente. Não é razoável fazer um enorme esforço pela consulta

680 pública ou pela consulta ampliada, pela transparência, se delegamos a decisão final para um

681 ente externo à comunidade, qualquer que seja ele. Acho que devemos ter isso em mente, pois  
682 como princípio me parece inteligente. Discutir a democracia de fato demanda combater esta  
683 distorção, pois politicamente sabemos que isso vira moeda de trocas dentro e fora da  
684 Universidade. O que eu estou sugerindo é que a gente não delegue o nosso importante esforço  
685 de ampliação e transparência para um terceiro pela lista tríplice.”. Com a palavra, o Senhor  
686 Diretor disse: “Acho que podemos no nosso documento dizer que esta congregação não vê com  
687 simpatia o fato da lista tríplice, mas nós não podemos propor isso porque não é da nossa  
688 competência. Acho que devemos retirar esta questão dos princípios, pois não adianta fazermos  
689 um princípio que não pode ser concretizado. Podemos colocar a questão no interior do texto,  
690 em alguma parte conclusiva do texto.”. Com a palavra, o Prof. Wagner Costa Ribeiro disse:  
691 “Acho que é razoável, pois a questão estará contemplada no texto.”. Com a palavra, o Senhor  
692 Diretor disse: “Minha proposta é a seguinte: vou percorrer os princípios e no final, caso  
693 concordemos com todos os princípios, eu volto à discussão do princípio da lista tríplice. Sobre  
694 a esfera dos princípios, o que é razoável propor para a negociação com as outras unidades?  
695 Possivelmente vamos formalizar estes princípios no CO como do entendimento desta  
696 Congregação. Quais outros princípios podemos propor?”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo  
697 Fanjul disse: “Mantendo a proposta da Valéria, estabelecidos estes princípios, eu queria que  
698 votássemos qual o grau de precisão que estes princípios terão no documento. Eu não votaria  
699 favoravelmente em um documento só porque o Reitor pediu, e porque estamos nas vésperas da  
700 eleição do Reitor. Acho que devemos apenas enunciar os princípios, sem apontar para nenhuma  
701 medida concreta em relação à eleição. Antes que a comissão passe a redigir o documento,  
702 temos que ver até onde a congregação quer dar precisão a estes princípios, traduzindo-os em  
703 propostas.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Entendo o seu argumento, Adrian. O que  
704 posso dizer é que fica a cargo desta comissão detalhar o que se entende por abertura à  
705 participação e por transparência e quais são as medidas que concretizam os princípios.”. Com a  
706 palavra, o Prof. Fernando de Magalhães Papaterra Limongi disse: “Quero propor que a  
707 proposta do Cícero seja colocada em votação, pois eu tinha entendido que a sua proposta já  
708 estava encaminhada.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Não foi decidido porque a  
709 Valéria sugeriu que votássemos antes os princípios. Nossa proposta é votar os princípios e  
710 constituir uma comissão para redigir o documento. Houve uma nova intervenção para que  
711 detalhássemos os princípios, que é o que está agora em discussão. Agora a Valéria está  
712 colocando que precisamos definir as medidas.”. Com a palavra, o Prof. Paulo Menezes disse:  
713 “Concordo com a Valéria, pois vai ser difícil para a comissão sair do impasse que já apareceu  
714 aqui, consulta versus eleição, coisas completamente diferentes. A consulta casa bem com a

715 ampliação do colégio eleitoral, mas entre consulta, ampliação do colégio eleitoral, e eleição, há  
716 diferenças grandes, o que vai deixar um impasse para a comissão, por isso temos que votar isso  
717 antes. Quanto se amplia e como a consulta será feita são outras questões.”. Com a palavra, o  
718 Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Acho que com os dois princípios o documento  
719 deve ter um tom de conclamação à comunidade uspiana para discutir em torno de um campo  
720 que envolve várias possibilidades. Na definição deste campo há possibilidades mais ou menos  
721 radicalizadas, daqueles que querem fortalecer os órgãos colegiados, quanto daqueles que  
722 querem a ampliação da participação na forma de ouvir os três segmentos que compõem a  
723 Universidade. A abertura à participação implica na defesa do envolvimento das três categorias  
724 que compõem a comunidade universitária, combinada com o fortalecimento e a unificação do  
725 colégio que vier a ser encarregado de elaborar a lista destinada ao Governador. Estou definindo  
726 o princípio de que nós, enquanto Universidade, temos autonomia acadêmica, mas não somos  
727 território livre. Sempre que discutimos sobre a lista tríplice nos reportamos para lutar na  
728 Assembleia Legislativa, e quem acha que somos autônomos, no sentido radical, não se importa  
729 em ir à Assembleia Legislativa para mudar as regras, reconhecendo que existe uma instância  
730 superior à universidade que define as suas leis. Sou a favor de que a universidade tenha  
731 autonomia acadêmica, mas não é território livre, portanto esta universidade deve ampliar a  
732 participação, mas deve elaborar uma lista para que o governador escolha. Abertura para a  
733 participação é isso. Segundo: transparência, o que se traduz em regras muito simples –  
734 apresentação pública e obrigatória dos candidatos, conjuntamente aos seus programas e com a  
735 devida antecedência; fixação de prazo para inscrição dos candidatos; regulamentação da  
736 campanha eleitoral, garantindo equidade da disputa e que os pontos de vista sejam amplamente  
737 conhecidos pela comunidade. São coisas simples, mas elas não estão presentes nem no  
738 Regimento da nossa Faculdade. Podemos discutir a transparência em outros campos para além  
739 das regras de eleição de cargos, mas eu estou sendo muito concreto, pois estamos às vésperas  
740 do processo sucessório e a comunidade está esperando uma resposta para esta questão. É este  
741 vácuo que o Reitor quer manter, não sabemos por quê. A única resposta possível é: a Faculdade  
742 de Filosofia chama os demais membros e dirigentes para discutir uma alternativa neste terreno  
743 e, por isso, estão abertas várias possibilidades para serem negociadas. Talvez no final,  
744 possamos chamar a atenção para o perigo da instabilidade institucional, como colocou o  
745 Marcos, o que multiplica a nossa responsabilidade frente à questão. Podemos querer discutir os  
746 detalhes depois das negociações do professor Sergio, mas esta não é a tarefa deste momento.”.  
747 Com a palavra, a aluna Thais Regina Pavez disse: “Concordo com a proposta do Cícero, mas eu  
748 não vejo como ela se contradiz com a discussão de algumas propostas mais gerais que circulam

749 hoje. Por exemplo, a consulta se adequa aos princípios sem ser necessariamente algo que venha  
750 a alterar radicalmente com este processo.”. Com a palavra, o Prof. Fernando de Magalhães  
751 Papatterra Limongi disse: “O professor Cícero enunciou uma fórmula, a congregação deveria  
752 votá-la para saber se nós a apoiamos, e daí encarregar uma comissão de escrever dentro destes  
753 termos. Eu quero encaminhar para votação a proposta feita pelo professor Cícero, nos termos  
754 que ele colocou.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Vou fazer o seguinte  
755 encaminhamento. Nós votaremos a proposta do Cícero, e ela vai ser especificada pela comissão  
756 que vai sair daqui. Eu acho que nós temos que verificar se a proposta do Cícero contempla  
757 todas as possibilidades de arranjos, ou seja, se contempla a discussão de consulta, de  
758 ampliação, temos que verificar isso. A partir disso, a comissão detalha e a questão volta para a  
759 Congregação para que possamos discutí-la, como sempre fazemos. Quero acelerar a discussão  
760 porque senão sairemos daqui às 21h sem ter um documento preparado. Ficaremos em uma  
761 discussão eterna e não sairemos com nenhuma proposta. A primeira coisa que temos que fazer  
762 é a lista dos princípios, um por um.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “A  
763 questão não é os princípios, a questão é que dentro destes princípios cabe muita coisa, coisas  
764 demais, pelo entendimento da maioria desta Congregação. Precisa ficar claro, como apontou o  
765 Professor Paulo, a discussão sobre eleição ou consulta, coisa que quem for redigir o documento  
766 não vai decidir. São coisas simples que podemos votar rapidamente e que temos esclarecimento  
767 suficiente para que algumas coisas entrem no documento. Quero acrescentar ao documento que  
768 a introdução contemple que democratizar a eleição do Reitor não é o mesmo que democratizar  
769 a Universidade. É fundamental votarmos rapidamente, e se houver grandes divergências,  
770 teremos tempo para defesa das propostas.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima  
771 disse: “Eu estou percebendo que temos duas propostas diferentes. A proposta um, do Cícero, é  
772 um documento em que há os dois princípios. Na proposta dois, da Valéria, o documento vai  
773 contemplar não apenas os princípios, mas alguns elementos e propostas mais concretas, alguma  
774 concretização clara destes princípios. São duas propostas. Como eu estou percebendo que o  
775 debate entre estas duas propostas não vai chegar a nenhum consenso, temos que votá-las. Pela  
776 proposta que prevalecer na votação, damos andamento a ela.”. Com a palavra, o Senhor Diretor  
777 disse: “Eu vejo que há conexão clara entre as duas propostas. Não tenho nenhum problema  
778 contra elas, mas eu tenho problemas quando pensamos sobre a economia processual. Eu queria  
779 fazer o seguinte: votamos os princípios, a comissão acrescenta tudo e o documento retorna para  
780 nós, em seguida dizemos o que queremos ou não. Como isso não é possível, proponho o  
781 seguinte: temos os dois princípios aprovados. Sobre a abertura, quais são as medidas de  
782 abertura que queremos contemplar, depois tomamos o mesmo procedimento sobre a

783 transparência.”. Com a palavra, a Profa. Marilza de Oliveira disse: “Eu gostaria de acrescentar  
784 um terceiro princípio, que é o da motivação, regente do direito administrativo. Estamos  
785 redigindo um texto e não podemos fugir do princípio da motivação, pois tudo tem que ser  
786 justificado, e pelo que eu entendi do que a Valéria falou, precisamos justificar.”. Com a  
787 palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu acho que não seria um princípio, a justificativa é inerente à  
788 proposta. Não posso imaginar que nós da Faculdade de Filosofia não sejamos argumentativos  
789 na nossa proposta. Eu tenderia a permanecer com os dois princípios e, agora, devemos fazer o  
790 detalhamento das medidas para cada um dos princípios. Para mim a proposta do Cícero é o  
791 ponto de partida, podemos votar a proposta do Cícero considerando que ela não é completa,  
792 pois ela só define os dois princípios, abertura e transparência, fazendo deles o nosso solo  
793 matricial. Quais são os desdobramentos? Aí vamos dizer quais são as medidas para garantir a  
794 abertura e a transparência. Fechamos e indicamos a comissão para redigir o texto. Está claro?”.  
795 Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Não seria melhor fazer isso na  
796 próxima reunião? Acho que vamos perder muito tempo com os pormenores.”. Com a palavra, o  
797 Senhor Diretor disse: “Vou sintetizar alguns pontos. Do ponto de vista da abertura, há a  
798 discussão clara sobre a consulta e a eleição. A outra discussão, proposta pelo Professor Renato  
799 Janine, é a ampliação da representação das categorias e dos órgãos colegiados. Não podemos  
800 detalhá-la aqui, temos que discutir, pois ainda não sabemos. Do ponto de vista da transparência,  
801 temos outras propostas que surgiram aqui. Esta faculdade não pode deixar de falar da consulta,  
802 pois nós fazemos consulta há anos. Não podemos falar que não haverá consulta se nós a  
803 fazemos há anos. Isso para mim é lógico, nem precisaríamos votar, mas temos que explicitar  
804 este fato externamente. Como Diretor, acho que devemos acompanhar o que esta faculdade  
805 sempre fez, e se o CO não ouvir a consulta, ele vai pagar um preço político, que pode ser muito  
806 caro a ele, pois ele perde legitimidade. Pessoalmente, eu sou a favor da consulta por  
807 proporcionalidade. A ideia da LDB é razoável. Numa próxima luta podemos melhorar. A  
808 proposta do Renato, e eu concordo, é aumentar a voz dos doutores, pois temos um número  
809 maior de doutores hoje do que de outras categorias. Dá para fazer isso agora? Talvez não, mas  
810 esta proposta é pauta para a próxima luta. Temos que pensar no que é politicamente viável  
811 agora, o que eu posso negociar com os outros e qual sucesso vamos ter num processo que nos  
812 permita melhorar a qualidade da eleição, conforme o processo de vácuo que fomos colocados  
813 hoje, uma armadilha”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Eu acho que você  
814 enunciou tudo o que precisa estar no documento.”. Com a palavra, o Prof. Milton Meira do  
815 Nascimento disse: “Eu estou ouvindo diversas vezes aqui a expressão armadilha. As pessoas  
816 que usaram esta expressão, eu gostaria que elas explicitassem o que ela significa. No que



817 consiste a armadilha do reitor?”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Você tem razão. A  
818 expressão talvez não seja adequada e se eu falei isso, eu retiro, falei equivocadamente. O que  
819 eu quis dizer é que o modo como o processo vem sendo conduzido nos colocou num vácuo,  
820 local onde tudo pode acontecer. Podemos fazer uma revolução ideal, como podemos aprovar  
821 uma coisa que não é consenso nesta Universidade, que é a reeleição do Reitor.”. Com a palavra,  
822 o Prof. Milton Meira do Nascimento disse: “O que eu entendi por armadilha foi: nós exigimos a  
823 reforma estatutária e o Reitor se aproveita da reforma para prorrogar o seu mandato. Pela  
824 barganha, aprova-se a eleição direta, mas em contrapartida a reitoria atual vai ter um tempo  
825 maior para poder colocar a casa em ordem, preparando-a para a democratização.”. Com a  
826 palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu estou pensando em termos de possibilidades históricas. É  
827 possível que isso aconteça, mas também é possível que não. Pode ser que o reitor, no fim do  
828 seu mandato, diga que vai devolver o poder para a Universidade. Nós que atuamos num cenário  
829 político com muitos constrangimentos, estruturais e institucionais, temos que avaliar estas  
830 possibilidades.”. Com a palavra, o Prof. Milton Meira do Nascimento disse: “Outra questão é  
831 que se estamos votando questões de princípios, não significa que eles serão efetivados ou não.  
832 O documento pode ser redigido com os dois pontos aprovados da proposta, que já aprovamos,  
833 transparência e abertura, e depois explicitar que a Faculdade também considera desejável que  
834 seja colocada em pauta de discussão na Universidade a eleição direta proporcional ou a  
835 consulta. Não estamos dizendo que queremos isso ou aquilo. Podemos colocar na pauta da  
836 discussão. O que eu vejo é que a consulta hoje tem o mesmo efeito que elas tiveram nas  
837 eleições passadas, ela não significa nada. A consulta está fora da ordem institucional legal. Ela  
838 serve apenas para marcar posição, o que já fazemos há 30, 40 anos. Qual foi o efeito efetivo  
839 destas marcas? Foi nulo, no que diz respeito à reforma do Estatuto. Não podemos ficar sempre  
840 fazendo este jogo, pois nada acontece.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de  
841 Araújo disse: “Vou repetir a proposta. Primeiro: abertura à participação significa ouvir os três  
842 segmentos que compõem a comunidade universitária, combinando isso com a unificação do  
843 colégio de representantes que vier a ser encarregado de elaborar a lista para o Governador.  
844 Sobre o primeiro princípio é isso que nos basta fazer. O segundo princípio é transparência:  
845 explicitação de regras simples que, porém, no atual estatuto não existem; apresentação pública  
846 e obrigatória dos candidatos, conjuntamente aos seus programas; unificação do processo de  
847 escolha do candidato ao seu vice; fixação do prazo de inscrição dos candidatos; regulamentação  
848 da campanha eleitoral, garantindo a equidade da disputa e a ampla divulgação dos pontos de  
849 vista dos candidatos. Com isso estou dizendo que precisamos combinar ouvir, consulta, com a  
850 tarefa de elaboração por parte de um colégio de representantes.”. Após votação, a proposta do

851 professor Cícero foi **APROVADA** por unanimidade. Com a palavra, o Prof. Wagner Costa  
852 Ribeiro disse: “Queria fazer um adendo. Eu concordo com o Cícero quando ele diz que a  
853 Universidade não é território livre. Só que nós não devemos deixar de prestar contas para a  
854 sociedade, fazemos isso a todo momento, para o Tribunal de Contas, para a Secretaria da  
855 Ciência e da Tecnologia. O que nós temos que evitar é o atrelamento de um dirigente político  
856 máximo com o desejo político de um Governador, qualquer que ele seja. A indicação da lista  
857 tríplice possibilita isso. As universidades mais bem posicionadas nos rankings, sem entrar no  
858 mérito disso, elas profissionalizam a escolha por membros externos, mas isso é problema deles,  
859 não é o nosso. Eu não vejo que rejeitar a lista tríplice é deixar de prestar contas para a  
860 sociedade, a nossa responsabilidade continua a mesma, só que quem vai escolher o dirigente é a  
861 própria comunidade uspiana. Eu gostaria que ficasse apontado no nosso documento que todo o  
862 esforço será em vão se continuarmos delegando a decisão final para um ser externo à  
863 comunidade, possibilitando o início da discussão sobre a lista tríplice.”. Com a palavra, o  
864 Senhor Diretor disse: “O professor Wagner propõe que acrescentemos neste documento que,  
865 segundo a vontade da Congregação, a eleição se resolva no interior da universidade sem a  
866 necessidade de uma entidade externa decida pela Universidade.”. Após votação, a proposta do  
867 professor Wagner foi **APROVADA** com 9 abstenções e 1 voto contrário. Com a palavra, o  
868 Senhor Diretor disse: “O professor Cícero fica encarregado da redação do documento.  
869 Voltamos depois para ler o texto.”. Após a confecção do professor Cícero, o texto foi lido na  
870 congregação. Com a palavra, a funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Eu acho que o  
871 documento deve iniciar de uma forma que não seja vista como muito contestadora, mas dizer  
872 que recebemos com esperanças a proposta do reitor é complicado, nós o recebemos com muita  
873 preocupação. Não acho necessário utilizar esta expressão, pelo menos eu não gostaria de  
874 assinar um documento que afirma que eu recebi com altas esperanças a proposta do Reitor.  
875 Modificaria algumas coisas do português.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu  
876 proponho que alteremos esta passagem por ‘a congregação da FFLCH recebe com expectativa  
877 a iniciativa da reitoria’.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse:  
878 “Independentemente do termo que utilizemos, devemos apontar na parte introdutória que o  
879 surgimento desta discussão não é algo novo, porque senão parece que ninguém na USP estava  
880 preocupado com o assunto antes do Reitor colocar em pauta. Devemos dizer que já havia  
881 inquietações manifestadas de diversas maneiras, inclusive por discussões no CO. Sobre a  
882 consulta, o que vocês achariam de acrescentar o adjetivo ‘oficial’? Porque consulta pode ser  
883 feita por qualquer entidade.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Já que estamos  
884 nos referindo à iniciativa do reitor, podemos trocar ‘expectativa’ por ‘compromisso do Reitor

885 assumido publicamente’.”. Com a palavra, a Profa. Giuliana Ragusa disse: “Eu proponho  
886 ‘recebe com expectativa a notícia do compromisso’.”. Com a palavra, o Prof. João Roberto  
887 Gomes de Faria disse: “E a proposta do Adrian?”. Alguém no plenário sugeriu que fosse  
888 trocado ‘oficial’ por ‘institucional’, o que foi aceito pelo Adrian. Com a palavra, a Profa.  
889 Valéria de Marco disse: “Estamos nos dirigindo, com o texto, para a instituição. Colocar  
890 adjetivos aumenta a discordância, ao invés de aumentar o consenso.”. Com a palavra, o Prof.  
891 João Roberto Gomes de Faria disse: “O substantivo já é bem forte o suficiente.”. Com a  
892 palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse: “Na parte anterior na qual vai ser descrito, deve  
893 ficar claro que há modificações aos procedimentos institucionais.”. Após discussão, o texto  
894 final ficou do seguinte modo: “**À COMUNIDADE USPIANA.** *A Congregação da FFLCH*  
895 *recebe com expectativa a notícia do compromisso do reitor João Grandino Rodas, assumida*  
896 *publicamente, no sentido de promover mudanças estatutárias na forma de escolha dos*  
897 *dirigentes desta Universidade. Ao mesmo tempo, externa sua preocupação com o risco de*  
898 *vazio institucional que esta decisão pode desencadear, uma vez que ela é lançada justamente*  
899 *às vésperas do processo sucessório do reitor, cujas regras estão agora virtualmente suspensas.*  
900 *Que essas mudanças são imprescindíveis, não resta dúvida, uma vez que têm sido objeto de*  
901 *debate nesta Faculdade há muito tempo. Mas há que entendê-las apenas como o início de um*  
902 *processo de reformas mais amplo, que coloque em questão não só a forma de escolha dos*  
903 *dirigentes, mas também a estrutura de poder que os ampara, hoje excessivamente concentrada*  
904 *nas mãos de poucos. O objetivo desta manifestação, porém, não é apresentar uma alternativa*  
905 *detalhada. Mesmo porque, se desejamos uma mudança pela via institucional, como esta*  
906 *Congregação deseja, é preciso ter em conta o respeito ao quórum mínimo exigido para*  
907 *qualquer alteração estatutária no Conselho Universitário. O que só é possível através de um*  
908 *amplo acordo entre as forças vivas de nossa comunidade. Esta Congregação acredita que há*  
909 *hoje um clima muito favorável para a costura desse acordo e é para este fim que a presente*  
910 *declaração pública está voltada. Quaisquer que venham a ser o conteúdo e a forma finais*  
911 *dessa proposta compartilhada, cabe aqui pelo menos enunciar certos princípios que possam*  
912 *orientá-la. No fundo, esses princípios se resumem a dois: a abertura à participação e a*  
913 *transparência. No que tange à sucessão reitoral, o primeiro solicita ouvir os três setores que*  
914 *compõem a comunidade acadêmica (docentes, estudantes e funcionários), através de um*  
915 *mecanismo de consulta, combinando-a com a unificação do colégio de representantes dos*  
916 *órgãos colegiados que vier a assumir a tarefa de elaborar a lista destinada ao governador do*  
917 *estado. (Embora esta Congregação não considere a questão prioritária neste momento, ela*  
918 *gostaria de propor que a própria ideia de que a decisão final sobre a escolha do reitor seja*

919 *feita por um ator externo à Universidade, seja oportunamente colocada em discussão. Em*  
 920 *princípio, uma decisão autônoma da comunidade universitária neste terreno não se choca com*  
 921 *a justa obrigação que esta comunidade tem de prestar contas à sociedade que a sustenta.)*  
 922 *Quanto ao princípio da transparência, este requer a explicitação de regras muito simples,*  
 923 *sobre as quais, porém, o atual Estatuto é omissivo: a apresentação pública e obrigatória das*  
 924 *candidaturas, com a devida antecedência, junto com seus programas; a fusão do processo de*  
 925 *escolha do postulando ao cargo, junto com o de seu vice; a fixação do prazo de inscrição dos*  
 926 *candidatos ao certame; e a regulamentação da campanha eleitoral, a fim de garantir a lisura e*  
 927 *a equidade da disputa, além do debate entre todos os candidatos e a ampla divulgação de seus*  
 928 *pontos de vista. Cabe salientar, por fim, que em sua grande parte os princípios aqui*  
 929 *enunciados não são absolutamente estranhos à USP, já sendo prática corrente em algumas*  
 930 *unidades, inclusive nesta Faculdade. Sua extensão aos cargos centrais, no entanto, requer um*  
 931 *tempo de reflexão, a fim de que arestas sejam aparadas e as possíveis divergências,*  
 932 *negociadas. Mais do que isso: requer um ambiente deliberativo sereno, de respeito a essas*  
 933 *divergências e livre de toda e qualquer coação. O momento exige de todos nós grande*  
 934 *responsabilidade, a fim de que a oportunidade de mudança se materialize. Que nossa*  
 935 *disposição seja forte o suficiente para que não venhamos a desperdiçá-la! São Paulo, 22 de*  
 936 *agosto de 2013.”* **2. RELATÓRIO FINAL – CONCURSO DOCENTE – votação secreta.**  
 937 **2.1.** Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no  
 938 **Departamento de Linguística, área de Teoria e Análise Semiótica do Texto**, conforme  
 939 Edital FFLCH nº. 007/2012, publicado em 26/02/2013 (Proc. nº. 13.5.221.8.4). (v., anexo,  
 940 cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 19 a 21 de  
 941 junho de 2013, tendo sido aprovada a candidata **Norma Discini de Campos**). Após votação, o  
 942 relatório final foi **APROVADO** por 28 votos favoráveis, 01 em branco e nenhum nulo. **2.2.**  
 943 Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no  
 944 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, **área de Filologia e Língua Portuguesa,**  
 945 **opção nº 5: Teoria do Texto Escrito**, conforme Edital FFLCH nº. 007/2013, publicado em  
 946 26/02/13 (Proc. nº. 13.5.210.8.2). (v., anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora  
 947 do citado concurso, realizado de 24 a 26 de junho de 2013, tendo sido aprovada a candidata  
 948 **Sheila Vieira de Camargo Grillo**). Após votação, o relatório final foi **APROVADO** por 28  
 949 votos favoráveis, 01 em branco e nenhum nulo. **2.3.** Concurso público de títulos e provas  
 950 visando à obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de Teoria Literária e Literatura  
 951 Comparada, **área de Teoria Literária e Literatura Comparada**, conforme Edital FFLCH nº.  
 952 007/2013, publicado em 26/02/13 (Proc. nº. 13.5.212.8.5). (v., anexo, cópia do relatório final

953 *da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 24 a 27 de junho de 2013, tendo sido*  
954 *aprovado o candidato **Joaquim Alves de Aguiar***). Após votação, o relatório final foi  
955 **APROVADO** por 28 favoráveis, 01 voto em branco e nenhum voto nulo. **2.4.** Concurso  
956 público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de  
957 Letras Clássicas e Vernáculas, **área de Língua e Literatura Latina**, conforme Edital FFLCH  
958 n°. 007/2013, publicado em 26/02/13 (Proc. n°. 13.5.238.8.4). (*v., anexo, cópia do relatório*  
959 *final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 26 a 28 de junho de 2013, tendo*  
960 *sido aprovado o candidato **João Ângelo de Oliva Neto***). Após votação, o relatório final foi  
961 **APROVADO** por 28 favoráveis, 01 voto em branco e nenhum voto nulo. **2.5.** Concurso  
962 público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de  
963 Linguística, **área de Teoria Gramatical**, conforme Edital FFLCH n°. 007/2013, publicado em  
964 26/02/13 (Proc. n°. 13.5.242.8.1). (*v., anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora*  
965 *do citado concurso, realizado de 26 a 28 de junho de 2013, tendo sido reprovado o candidato*  
966 ***Jairo Galindo***). Após votação, o relatório final foi **APROVADO** por 28 favoráveis, 01 voto  
967 em branco e nenhum voto nulo. **2.6.** Concurso público para provimento de um cargo de  
968 Professor Doutor do Departamento de Ciência Política, **disciplina de Política Comparada e**  
969 **Brasileira**, conforme Edital FFLCH/FLP n°. 005/2013, publicado em 24/01/2013 (Proc. n°.   
970 12.1.5323.8.1). (*v., anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso,*  
971 *realizado de 01 a 04 de junho de 2013, tendo sido aprovado o candidato **Bruno Wilhelm***  
972 ***Speck***). Após votação, o relatório final foi **APROVADO** por 28 favoráveis, 01 voto em branco  
973 e nenhum voto nulo. **2.7.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor Doutor  
974 do Departamento de Filosofia, **disciplina de História da Filosofia Medieval**, conforme Edital  
975 FFLCH/FLF n°. 010/2013, publicado em 23/03/13 (Proc. n°. 12.1.1025.8.7). (*v., anexo, cópia*  
976 *do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 29 a 31 de julho de*  
977 *2013, tendo sido aprovado o candidato **Carlos Eduardo de Oliveira***). Após votação, o relatório  
978 final foi **APROVADO** por 28 favoráveis, 01 voto em branco e nenhum voto nulo. **2.8.**  
979 Concurso público para provimento de um cargo de Professor Doutor do Departamento de  
980 Antropologia, **área de Antropologia das Populações Africanas e Afro-Brasileiras/Teoria**  
981 **Antropológica**, conforme Edital FFLCH/FLA n°. 021/2013, publicado em 24/04/2013 (Proc.  
982 n°. 13.1.1729.8.4). (*v., anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado*  
983 *concurso, realizado de 29 de julho a 01 de agosto de 2013, tendo sido aprovado o candidato*  
984 ***Lorenzo Gustavo Macagno***). Após votação, o relatório final foi **APROVADO** por 28  
985 favoráveis, 01 voto em branco e nenhum voto nulo. **2.9.** Concurso público para provimento de  
986 um cargo de Professor Doutor do Departamento de Letras Orientais, **área de Língua e**

987 **Literatura Chinesa, disciplina de Literatura Moderna Chinesa**, conforme Edital  
 988 FFLCH/FLO n°. 015/2013, publicado em 23/03/2013 (Proc. n°. 13.1.982.8.8). (v., *anexo, cópia*  
 989 *do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 31 de julho a 02 de*  
 990 *agosto de 2013, tendo sido aprovado o candidato **Shu Changsheng***). Após votação, o relatório  
 991 final foi **APROVADO** por 28 favoráveis, 01 voto em branco e nenhum voto nulo. **2.10.**  
 992 Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no  
 993 Departamento de Letras Modernas, **área de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês,**  
 994 **disciplina de Língua Inglesa**, conforme Edital FFLCH n°. 007/2013, publicado em 26/02/13  
 995 (Proc. n°. 13.5.208.8.8). (v., *anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado*  
 996 *concurso, realizado de 05 a 07 de agosto de 2013, tendo sido aprovada a candidata **Marisa***  
 997 ***Grigoletto***). Após votação, o relatório final foi **APROVADO** por 28 favoráveis, 01 voto em  
 998 branco e nenhum voto nulo. **2.11.** Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do  
 999 título de Livre-Docente no Departamento de Letras Modernas, **área de Língua e Literatura**  
 1000 **Alemã, disciplina de Literatura Alemã**, conforme Edital FFLCH n°. 007/2013, publicado em  
 1001 26/02/13 (Proc. n°. 13.5.241.8.5). (v., *anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora*  
 1002 *do citado concurso, realizado de 05 a 07 de agosto de 2013, tendo sido aprovada a candidata*  
 1003 ***Claudia Sibylle Dornbusch***). Após votação, o relatório final foi **APROVADO** por 28  
 1004 favoráveis, 01 voto em branco e nenhum voto nulo. **3. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO –**  
 1005 **RECURSOS. 3.1.** A Sra. **Juliana Diniz Bernardo** aluna do curso de Filosofia, solicita em  
 1006 grau de 2ª recurso à Congregação, pedido de retorno ao curso (Proc. 12.1.340.8.5) (v. *anexo,*  
 1007 *cópia do parecer da Comissão de Graduação e da relatora da Congregação, Profa. Dra.*  
 1008 *Giuliana Ragusa*). Após votação, o parecer pelo indeferimento foi **APROVADO**. Portanto, o  
 1009 recurso foi Indeferido **4. RECOMPOSIÇÃO COMISSÃO JULGADORA - CONCURSO**  
 1010 **DOCENTE – votação secreta. 4.1.** O Departamento de Geografia, em virtude de  
 1011 impedimentos de alguns dos membros da Comissão do concurso público para provimento de  
 1012 um cargo para Professor Doutor, ref.: MS-3, em RDIDP, área de Estágio Supervisionado de  
 1013 Ensino de Geografia e Material Didático, conforme Edital FLG n° 012/2013, de 28/03/2013  
 1014 (Proc. 13.1.866.8.8), houve por bem sugerir para recomposição os nomes dos Profas. Dras.  
 1015 Titulares: Cleide Rodrigues (DG-FFLCH, Doutora, Presidente) = 52 votos, Maria Eliza  
 1016 Miranda (DG-FFLCH, Doutora) = 51 votos, Lourdes de Fátima Bezerra Carril (UFSCar,  
 1017 Doutora) = 10 votos, Lana de Souza Cavalcanti (UFGO, Doutora) = 53 votos e Maria de  
 1018 Fátima Almeida Martins (UFMG, Doutora) = 54 votos. Suplentes: Léa Francesconi (DG-  
 1019 FFLCH, Doutora) = 9 votos, Marisol Barenco de Melo (UFF, Doutora) = 5 votos. **4.2.** O  
 1020 Departamento de Geografia, em virtude de impedimentos de alguns dos membros da Comissão

1021 do concurso público para provimento de um cargo para Professor Doutor, ref.: MS-3, em  
 1022 RDIDP, área de Geomorfologia/Hidrografia, conforme Edital FLG nº 013/2013, de 28/03/2013  
 1023 (Proc. 13.1.867.8.4), houve por bem sugerir para recomposição os nomes dos Profs. Drs.  
 1024 Titulares: Sueli Ângelo Furlan (DG-FFLCH, Livre-Docente, Presidente) = 54 votos, Bianca  
 1025 Carvalho Vieira (DG-FFLCH, Doutora) = 54 votos, João Osvaldo Rodrigues Nunes (UNESP-  
 1026 Pres.Prudente, Doutor) = 53 votos, Ana Luiza Coelho Netto (UFRJ, Titular) = 57 votos,  
 1027 Antonio Carlos de Barros Correa (UFPE, Doutor) = 53 votos. Suplentes: Deborah de Oliveira  
 1028 (DG-FFLCH, Doutora) = 5 votos e Antonio Carlos Vitte (UNICAMP, Doutor) = 3 votos. **4.3.**  
 1029 O Departamento de Geografia, em virtude de impedimentos de alguns dos membros da  
 1030 Comissão do concurso público para provimento de um cargo para Professor Doutor, ref.: MS-3,  
 1031 em RDIDP, área de Teoria e Método da Geografia, conforme Edital FLG nº 014/2013, de  
 1032 28/03/2013 (Proc. 13.1.868.8.0), houve por bem sugerir para recomposição os nomes dos Profs.  
 1033 Drs. Titulares: Wagner Costa Ribeiro (DG-FFLCH, Titular, Presidente) = 53 votos, Rita de  
 1034 Cássia Ariza da Cruz (DG-FFLCH, Doutora) = 54 votos, Iná Elias de Castro (UFRJ, Titular) =  
 1035 26 votos, Gisela Aquino Pires do Rio (UFRJ, Doutora) = 27 votos e Doralice Sátyro Maia  
 1036 (UFPB, Doutora) = 27 votos. Suplentes: Larissa Mies Bombardi (DG-FFLCH, Doutora) = 4  
 1037 votos e Sérgio Manuel Merêncio Martins (UFMG, Doutor) = 1 voto. **4.4.** O Departamento de  
 1038 Geografia, em virtude de impedimentos de alguns dos membros da Comissão do concurso  
 1039 público para provimento de um cargo para Professor Doutor, ref.: MS-3, em RDIDP, área de  
 1040 Geografia Econômica, conforme Edital FLG nº 011/2013, de 28/03/2013 (Proc. 13.1.865.8.1),  
 1041 houve por bem sugerir para recomposição os nomes dos Profs. Drs. Titulares: Maria Mónica  
 1042 Arroyo (DG-FFLCH, Doutora, Presidente) = 54 votos, Anselmo Alfredo (DG-FFLCH, Doutor)  
 1043 = 55 votos, José Gilberto de Souza (UNESP-Rio Claro, Doutor) = 29 votos, Eliseu Savério  
 1044 Spósito (UNESP-Presidente Prudente, Titular) = 53 votos e Claudio Antonio Gonçalves Egler  
 1045 (UFRJ, Doutor) = 56 votos. Suplentes: André Roberto Martin (DG-FFLCH, Livre-Docente) =  
 1046 3 votos, Ricardo Abid Castillo (UNICAMP, Doutor) = 2 votos, Carlos José Espíndola (UFSC,  
 1047 Doutor) = 1 voto e Paola Verri de Santana (UFAM, Doutora) = 1 voto. **5. CONCURSO**  
 1048 **DOCENTE – EXAME FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S)**  
 1049 **CANDIDATO(S) NO ATO DA INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE,**  
 1050 **ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA –**  
 1051 **votação secreta. 5.1.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor Titular no  
 1052 Departamento de Ciência Política, **disciplina Estado Instituições e Políticas Públicas,**  
 1053 conforme Edital FFLCH/FLP nº. 033/2012, publicado em 27/11/2012. (Proc.: 12.1.5325.8.4).  
 1054 **5.1.1. EXAME FORMAL - Relator: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (DLM) – PARECER**

1055 **FAVORÁVEL 5.1.2.** As candidatas **Elizabeth Balbachevsky e Marta Teresa da Silva**  
 1056 **Arretche** apresentam requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, as  
 1057 candidatas receberam 27 votos FAVORÁVEIS. **5.1.3. O DCP** sugere para compor a Comissão  
 1058 Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **Titulares:** Cícero Romão Resende de  
 1059 Araújo (DCP-FFLCH, Titular) = 26 votos, Álvaro de Vita (DCP-FFLCH, Titular) = 24 votos,  
 1060 Maria Rita Garcia Loureiro Durand (FEA-USP, Titular) = 24 votos, Renato Raul Bosch  
 1061 (UFMG, Titular) = 26 votos, Jairo Nicolau (UFRJ, Titular) = 24 votos. **Suplentes:** Fernando de  
 1062 Magalhães Papaterra Limongi (DCP-FFLCH, Titular) = 2 votos, José Álvaro Moisés (DCP-  
 1063 FFLCH, Titular) = 1 voto, Sebastião Carlos Velasco e Cruz (UNICAMP, Titular) = 2 votos,  
 1064 Leonardo Avritzer (UFMG, Titular) = 1 voto, Tullo Vigevani (UNESP-Marília, Titular) = 2  
 1065 votos, Carlos Ranulfo Felix de Melo (UFMG, Titular) = 1 voto e Célia de Andrade Lessa  
 1066 Kerstebetzky (UFF, Titular) = 1 voto. **ADITAMENTO. 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE**  
 1067 **POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1. NORMAS E REGIMENTO DA COMISSÃO DE PÓS-**  
 1068 **GRADUAÇÃO DOS PROGRAMAS DE LETRAS CLÁSSICAS, ESTUDOS**  
 1069 **COMPARADOS DE LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA, ESTUDOS**  
 1070 **JUDAICOS E ÁRABES E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
 1071 **INTERUNIDADES EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA – PROLAM** (*v. anexa*  
 1072 *aprovação da CPG*). (*o diretor incluiu neste item o programa de sociologia, ele também foi*  
 1073 *aprovado na CCP e na CPG*). Após votação, o item foi **APROVADO**. **1.2. PLANO ANUAL**  
 1074 **DE RESERVA TÉCNICA FAPESP** (*v. anexas tabelas de aplicação dos recursos*). Com a  
 1075 palavra, o Senhor Diretor disse: “Todos sabem que a Faculdade de Filosofia possui um  
 1076 montante de recursos decorrente de reserva técnica da FAPESP, ou seja, todos os projetos de  
 1077 professores e de pesquisa geram uma reserva técnica e ela é colocada à disposição da  
 1078 Faculdade de Filosofia. Temos o total de R\$320.129,00 que precisamos alocar neste ano. Uma  
 1079 vez aprovada pela Congregação, a FAPESP coloca o recurso à disposição da Faculdade. O  
 1080 problema é que a demanda é maior do que a disponibilidade do recurso, ela está em  
 1081 R\$452.411,30. Precisamos fazer adequações. Em média, cada departamento teria o montante de  
 1082 29.102,64. Boa parte dos departamentos se manteve nesta média, mas, por exemplo, a  
 1083 biblioteca pede o orçamento de R\$79.865,00, o DLCV pede R\$143.445,00, o DLM pede  
 1084 R\$5.094,00, o DL pede R\$3.618,00, o DLO pede R\$ 52.512,57, e os quatro departamentos do  
 1085 prédio do meio pedem R\$115.364,00, para cada departamento dá R\$28.841,00, o DG pede  
 1086 R\$27.512,00 e o DH pede R\$25.000,00. Precisamos fazer esta adequação imediatamente para  
 1087 poder encaminhar o pedido à FAPESP. No caso da biblioteca temos que conversar. O que pesa  
 1088 mais no orçamento são os carrinhos, podemos procurar uma outra fonte para comprá-los e a



1089 biblioteca se adequaria ao orçamento. É possível fazer um certo jogo, pois houve  
1090 departamentos que pediram menos recursos.”. Com a palavra, a funcionária Marie Marcia  
1091 Pedroso disse: “Há departamentos que não entraram no orçamento, principalmente porque eles  
1092 tinham demanda de livros, o que foi possível de conseguir por meio de outros recursos. A  
1093 biblioteca está com a fonte de compras de livros, então as listas serão passadas para a  
1094 biblioteca. A biblioteca tem um pedido importante que é a compra de livros usados, o que  
1095 nenhum projeto permite a não ser este, e a reserva técnica de alunos. O DLCV apresenta uma  
1096 demanda que pode ser solucionada por outros caminhos, tendo em vista que hoje o SIBI tem  
1097 um projeto de implementação do OJS, que fica por conta da USP, inclusive fornecendo o  
1098 COEM para as publicações, tendo em vista que o projeto deles está bem alto.”. Com a palavra,  
1099 o Senhor Diretor disse: “Gostaria de saber se é possível aprovarmos em tese o que foi  
1100 discriminado e a Diretoria conversaria com cada departamento que está com excedente para  
1101 podermos fazer os ajustes que nos enquadrem no valor total disponível. Os departamentos que  
1102 estão muito acima da média precisarão rever algumas coisas.”. Com a palavra, o funcionário  
1103 Sérgio Ricardo Gaspar disse: “Sobre os carrinhos, eu que utilizo este material posso falar com  
1104 franqueza que eles são mais do que necessários, pois quando estamos atravessando o interior da  
1105 biblioteca com os carrinhos velhos eles fazem muito barulho, o que acaba atrapalhando os  
1106 usuários. Houve uma tentativa de melhoria técnica dos carrinhos. O número de carrinhos que  
1107 foram pedidos é suficiente. Além da logística que envolve o carrinho, ele também serve para  
1108 devolução e distribuição dos livros. Eles são um elemento estritamente necessário para a  
1109 biblioteca.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Em princípio não cortaremos nada, mas  
1110 alguma coisa deverá ser cortada. A negociação do que será cortado eu farei caso a caso. O que  
1111 podemos fazer é diminuir o número de carrinhos, e comprar mais com outra verba. A causa não  
1112 está perdida, o problema é viabilizá-la.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Eu  
1113 estava no CO quando esta questão da FAPESP foi anunciada e eu acompanhei como isso se  
1114 desenvolveu. É uma contrapartida da FAPESP para que as unidades façam infraestrutura. Das  
1115 últimas vezes se negociou no CTA o que seria priorizado, não houve distribuição equitativa. Há  
1116 coisas de infraestrutura que não podem ser feitas com outra verba que não esta. Talvez fosse  
1117 interessante fazer o exercício de saber o que é fundamental para o conjunto da Faculdade,  
1118 priorizando-o.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Vou levar as duas sugestões, Valéria,  
1119 para os chefes de departamento, assim eu posso respeitar a autonomia dos departamentos, pois  
1120 é lá que a pesquisa se realiza. Temos sempre que considerar que o dinheiro deve ser gasto com  
1121 infraestrutura, mas o gasto também deve estar relacionado com a pesquisa, pois a FAPESP  
1122 pode não aceitar. O modelo de infraestrutura que a FAPESP entende é o laboratório. Vou

1123 considerar a sua sugestão quando eu for falar com os chefes de departamento.”. Após votação,  
1124 a proposta do Diretor foi **APROVADA** com 4 abstenções. **1.3. ESPECIALISTA DE**  
1125 **RECONHECIDO SABER – O DLCV encaminha pedido para que a Profa. Dra. Maria**  
1126 **Helena de Moura Neves** seja aceita como especialista de reconhecido saber para fim  
1127 específico de indicação como membro de Comissão Julgadora para Concurso para Professor  
1128 Titular. Candidata Profa. Dra. Marli Quadros Leite (Proc. 13.1.4049.8.4) (v. *anexo, cópia do*  
1129 *parecer aprovado pelo Conselho Departamental*). Após votação, o pedido foi **APROVADO**.  
1130 **1.4. CARGOS DE PROFESSOR TITULAR – pedidos de manutenção (Prot. 13.5.858.8.2).**  
1131 O **DA** solicita manutenção dos cargos de Professor Titular dos docentes Kabengele Munanga e  
1132 Lilia Katri Moritz Schwarcz, aposentados em 19/10/2012 e 08/02/2013 respectivamente. Após  
1133 votação, a solicitação foi **APROVADA**. **2. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO – RECURSOS.**  
1134 **2.1. O Sr. Airtom Marquezini Júnior** solicita em grau de 2º recurso à Congregação,  
1135 reconsideração na sua reprovação por frequência exarada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro  
1136 de Moura na disciplina História da Filosofia Contemporânea II, cursada no 2º. Semestre de  
1137 2011, no curso de Filosofia. (Proc. 10.1.3145.8.7) (v. *anexo, cópia do relator da Congregação,*  
1138 *Prof. Dr. Adrián Fanjul*) **2.2. O Sr. Eduardo Augusto Guimarães** solicita em grau recurso à  
1139 Congregação, alteração de sua frequência exarada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro de  
1140 Moura na disciplina História da Filosofia Contemporânea II cursada no 2º. Semestre de 2011,  
1141 no curso de Filosofia. (Proc. 09.1.4815.8.4) (v. *anexo, cópia do relator da Congregação, Prof.*  
1142 *Dr. Adrián Fanjul*) **2.3. O Sr. Maicol Martins de López Coelho** solicita em grau recurso à  
1143 Congregação, alteração de sua frequência exarada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro de  
1144 Moura na disciplina História da Filosofia Contemporânea II cursada no 2º. Semestre de 2011,  
1145 no curso de Filosofia. (Proc. 12.1.315.8.0) (v. *anexo, cópia do relator da Congregação, Prof.*  
1146 *Dr. Adrián Fanjul*). Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Este é o caso em que o impasse  
1147 permanece. O professor Moura justifica a sua atitude, ela é toda fundamentada. Ele aceitou  
1148 considerar duas aulas correspondentes a duas aulas no período em que ele estava afastado, o  
1149 que fez com que vários alunos que haviam sido aprovados por nota também fossem aprovados  
1150 por frequência, mas isso não está em pauta aqui, pois os alunos requerentes possuem nota e não  
1151 possuem frequência. O professor Adrian, que fez o parecer, propôs que sejam consideradas 10  
1152 o número de aulas dadas, o que permitiria contemplar a aprovação destes três casos. A decisão  
1153 é muito difícil, pois um curso de graduação deve ter 15 aulas no mínimo.”. Com a palavra, a  
1154 Profa. Sylvia Basseto disse: “Os cursos de 4 créditos precisam do mínimo de 12 aulas, já os  
1155 cursos com 5 créditos precisam de 15 aulas, como acontece com alguns cursos da história.  
1156 Alguns interpretam o período letivo com o semestre como está no calendário, o que também é

1157 uma interpretação válida.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “O Hilton está me dizendo  
1158 que o numero mínimo de aulas é 15 e o professor não deu todas estas aulas, o que está sendo  
1159 proposto é que sejam consideradas 10 aulas como dadas.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da  
1160 Cunha Lima disse: “Eu não sei se a minha proposta vai agradar. Na última vez que o assunto  
1161 foi discutido pela congregação ela durou quase duas horas e já faltam 15 minutos para às 18h.  
1162 Não temos hoje nenhum representante discente da graduação, o que pode ter acontecido pelo  
1163 fato de que o assunto entrou na pauta pelo aditamento. Proponho que adiemos o assunto para a  
1164 próxima reunião, por mais que desejamos resolver o quanto antes a questão.”. Com a palavra, o  
1165 Senhor Diretor disse: “Concordo com o Ricardo e eu confesso que ainda não encontrei uma  
1166 solução razoável para a questão, porque ao mesmo tempo que eu considero que apesar de um  
1167 número pequeno de alunos ter caído nesta malha, o professor tomou uma decisão que não está  
1168 esvaziada de legalidade, ainda que seja possível discutir o sentido desta legalidade. Ele foi  
1169 contra o que é da tradição da universidade, que é a negociação, mas estamos em um espaço  
1170 pluralista e que respeita as diferenças, temos que encontrar, assim, uma boa saída, apesar de  
1171 que qualquer decisão sobre esta questão vai prejudicar algum dos lados. O meu receio é não  
1172 encontrarmos uma boa solução política, o que provavelmente vai levar a questão para uma  
1173 instância externa, como o CO, o que seria trágico. Eu proponho que retiremos a questão de  
1174 pauta e peço que façamos mais um esforço para achar uma boa saída para a questão. Espero  
1175 que os alunos da graduação estejam presentes na próxima reunião. Rigorosamente, o curso  
1176 deveria ter sido cancelado, o que iria prejudicar os alunos que foram aprovados, eu teria que  
1177 abrir uma sindicância para apurar a responsabilidade pelo cancelamento. Eu pensei em várias  
1178 soluções, mas nenhuma delas resolve. Temos o parecer do Adrian, ele é o nosso horizonte. Para  
1179 a próxima congregação, vou propor que este assunto seja incluído na ordem do dia, mas eu  
1180 gostaria que as pessoas viessem preparadas com uma reflexão para que nós possamos tomar  
1181 uma decisão final. Caso decidirmos pela aprovação, pela proposta dos alunos, temos que ter  
1182 clareza que estamos tomando uma decisão política *ex lege*.”. Com a palavra, o Prof. Adrian  
1183 Pablo Fanjul disse: “Eu analisei o processo com muito detalhe e lembro que na discussão de  
1184 agosto, que está registrada na nova versão das atas, e eu peço que as pessoas leiam não só o  
1185 meu parecer, mas também as atas das discussões anteriores, o professor Paulo da Ciências  
1186 Sociais fez uma proposta que não apresenta o problema sobre a validade como a que eu  
1187 apresentei, e eu a fiz sem ter consciência de que havia o mínimo de aulas. Ele propôs, e eu acho  
1188 possível, considerar aprovados aqueles que foram aprovados por nota. É claro que isso invade  
1189 competências, mas o processo mostra de modo documentado, o que vai ser reconhecido por  
1190 qual instância que o analisar, que houve fuga de competências prévias. O professor Moura não

1191 apresenta um acompanhamento da presença, as planilhas são absolutamente confusas,  
1192 mostrando que não houve acompanhamento. O recurso ao problema da presença foi uma  
1193 medida política. Não é bom dar precedentes, mas há outro precedente que daríamos no caso de  
1194 deixarmos as coisas como estão, e eu faço referência a isso no parecer. No processo as peças  
1195 produzidas pela comissão de graduação do DF são muito graves do ponto de vista da ética e do  
1196 princípio do mérito, pois há uma declaração de um professor dizendo que a verdadeira causa da  
1197 reprovação foi os alunos não terem tomado atitude de enfrentar aqueles que estavam fazendo o  
1198 bloqueio, e isso está dito com estas palavras. Ilegalidade por ilegalidade, eu optaria pela menos  
1199 conflituosa porque este fragmento é uma peça de processo na justiça, pois é uma confissão do  
1200 princípio do mérito em função de uma avaliação política. Concordo que passemos para a  
1201 próxima congregação e eu peço uma leitura detida, considerando que o legado abrange muitos  
1202 aspectos, existe a justiça mas existe também a Comissão de Ética que pode ser acionada.”. Com  
1203 a palavra, o aluno Bruno Carvalho Rodrigues de Freitas disse: “Eu estranhei o assunto não estar  
1204 na pauta que nós recebemos previamente. No entanto, na última Congregação foi decidido que  
1205 o assunto estivesse na pauta, mesmo assim eu conclamei os colegas que são RDs, porém eles  
1206 não vieram. Eu acredito que a questão da legalidade neste processo é clara, o professor não deu  
1207 o curso.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Então eu devo submeter a esta congregação  
1208 o pedido de cancelamento do curso.”. Com a palavra, o aluno Bruno Carvalho Rodrigues de  
1209 Freitas disse: “Ou cancelaríamos o curso ou devemos pensar outra coisa.”. Com a palavra, a  
1210 funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Eu também concordo que o assunto deva ser  
1211 tratado na próxima congregação, mas como teremos a renovação da representação, eu peço que  
1212 a ata seja enviada para todos os novos membros para que eles tenham ideia do que aconteceu  
1213 nas últimas discussões, capacitando-o à análise da questão.”. Com a palavra, o Senhor Diretor  
1214 disse: “Me disponho a fazer isso, Marlene. Quero deixar claro que tomaremos uma decisão  
1215 política e que ela possui consequências. Por mais que tenhamos errado em algum momento, eu  
1216 não aceito o argumento da má intenção das pessoas. Pode ter havido erros, temos certas  
1217 práticas que são ruins, como no desleixo com relação às listas de presença. Democracia exige  
1218 formalidades. Caso tivéssemos o registro adequado das listas de presença, certamente teríamos  
1219 um outro tipo de decisão. O professor tem autonomia sobre o critério de presença, mas ele  
1220 precisa escriturar isso. Como ele tomou a decisão de dar aula porque a categoria dele não  
1221 estava em greve, ele tinha que pôr ausência para todos e entregar na secretaria, referendando o  
1222 que ele fez, mas ele não fez isso; caso tivesse feito, ele teria todo o respaldo que ele está  
1223 dizendo ter. Ele está reivindicando um princípio administrativo, mas ele não exerceu o  
1224 princípio administrativo na sua integralidade. Houve erro, mas eu não acredito que houve má

1225 intenção.”. Após votação, a proposta de retirar o assunto da pauta e discutí-lo na próxima  
1226 reunião foi APROVADO. **3. CONCURSO DOCENTE – EXAME FORMAL DA**  
1227 **DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S) NO ATO DA**  
1228 **INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE, ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM**  
1229 **CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA – *votação secreta*. 3.1. Concurso público para**  
1230 provimento de um cargo de Professor Doutor no Departamento de Letras Clássicas e  
1231 Vernáculas, **área de Literatura Brasileira**, conforme Edital FFLCH/FLC nº. 018/2013,  
1232 publicado em 25/04/2013. (Proc.: 13.1.1597.8.0). **3.1.1. EXAME FORMAL** - Relator: **Prof.**  
1233 **Dr. Wagner Costa Ribeiro (DG) – PARECER FAVORÁVEL** **3.1.2.** Os candidatos **Anelito**  
1234 **Pereira de Oliveira, Jean Pierre Chauvin, Otto Leopoldo Winck, Jairo Nogueira Luna,**  
1235 **Rosemeire França de Assis Rodrigues Pereira, Valter Luciano Gonçalves Villar,**  
1236 **Francisco Roberto Papaterra Limongi Mariutti, Eduardo Sinkevisque, Wagner**  
1237 **Coriolano de Abreu, Djalma Espedito de Lima e Haidê Silva** apresentam requerimento de  
1238 inscrição para o concurso acima. Após votação, as inscrições foram **APROVADAS** com 27  
1239 votos favoráveis, 01 voto em branco e 01 voto nulo. **3.1.3. O DLCV** sugere para compor a  
1240 Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **Titulares:** Luiz Dagobert de  
1241 Aguirra Roncari (DLCV-FFLCH, Titular) = 26 votos, Murilo Marcondes de Moura (DLCV-  
1242 FFLCH, Doutor) = 24 votos, Maria Augusta da Costa Vieira (DLM-FFLCH, Livre-Docente) =  
1243 25 votos, Marcello Moreira (UESB, Titular) = 27 votos e José Américo Miranda de Barros  
1244 (UFMG, Doutor) = 27 votos. **Suplentes:** Cilaine Alves da Cunha (DLCV-FFLCH, Doutora) 2  
1245 votos, Augusto Massi (DLCV-FFLCH, Doutor) = 2 votos, José Luis Jobim de Salles Fonseca  
1246 (UERJ, Titular) 2 votos e Maria do Socorro Fernandes de Carvalho (UNIFESP, Doutora) = 1  
1247 voto. **3.2.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor Doutor no  
1248 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, **área de Filologia e Língua Portuguesa**,  
1249 conforme Edital FFLCH/FLC nº. 019/2013, publicado em 25/04/2013. (Proc.: 13.1.1596.8.4)  
1250 **3.2.1. EXAME FORMAL** - Relator: **Prof. Dr. Gilberto Pinheiro Passos (DTLLC) –**  
1251 **PARECER FAVORÁVEL.** Os candidatos **Vanessa Martins do Monte, Helcius Batista**  
1252 **Pereira, Rodrigo Maia Theodoro dos Santos e Aquiles Tescari Neto** apresentam  
1253 requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, as inscrições foram  
1254 **APROVADAS** com 27 votos favoráveis , 01 voto em branco e 01 voto nulo. **3.2.2. O DLCV**  
1255 sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:  
1256 **Titulares:** Zilda Gaspar de Oliveira Aquino (DLCV-FFLCH, Doutora) = 26 votos, Márcia  
1257 Santos Duarte de Oliveira (DLCV-FFLCH, Doutora) = 26 votos, Maria Denilda Moura (UFAL,  
1258 Doutora) = 26 votos, Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi (UNESP-S.J.R.Preto, Doutora) =

1259 22 votos, José Gaston Hilgert (Mackenzie, Doutor) = 26 votos. **Suplentes:** Maria Clara Paixão  
1260 de Sousa (DLCV-FFLCH, Doutora) = 2 votos, Maria Inês Batista Campos (DLCV-FFLCH,  
1261 Doutora) = 1 voto, Marcelo Módolo (DLCV-FFLCH, Doutor) = 1 voto, Marco Antônio  
1262 Martins (UFRN, Doutor) = 4 votos, Tânia Conceição Freire Lobo (UFBA, Doutora) = 2 votos e  
1263 José Carlos Azeredo (UERJ, Doutor) = 4 votos. **3.3.** Concurso público de títulos e provas  
1264 visando à obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de Letras Modernas, área de  
1265 Língua e Literatura Francesa, disciplina de Literatura Francesa, conforme Edital FFLCH n.º.  
1266 007/2013, publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.240.8.9) **3.3.1. EXAME FORMAL** - Relator:  
1267 **Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (DLM) – PARECER FAVORÁVEL** **3.3.2. A Professora**  
1268 **Doutora Claudia Consuelo Amigo Pino** apresenta requerimento de inscrição para o concurso  
1269 acima. Após votação, a inscrição foi **APROVADA** com 28 votos favoráveis , 01 voto em  
1270 branco e nenhum voto nulo. **3.3.3.** O **DLM** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado  
1271 concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Cleusa Rios Pinheiro Passos (DTLLC-  
1272 FFLCH, Titular) = 25 votos, Philippe Léon Marie Ghislain Willemart (DLM-FFLCH, Titular,  
1273 aposentado) = 27 votos, Celina Maria Moreira de Mello (UFRJ, Titular) 25 votos, Eneida  
1274 Maria de Souza (UFMG, Titular) 26 votos e Leda Maria Tenório (PUC-SP, Especialista de  
1275 Reconhecido Saber) = 27 votos. **SUPLENTE:** Véronique Marie Braun Dahlet (DLM-  
1276 FFLCH, Titular) = 2 votos, Gilberto Pinheiro Passos (DLM-FFLCH, Titular)= 1 voto, Wander  
1277 Melo Miranda (UFMG, Titular) = 2 votos e Marcos Antonio Siscar (UNICAMP, Livre-  
1278 Docente) = 1 voto. **3.4.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor Titular no  
1279 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, **área de Filologia e Língua Portuguesa,**  
1280 conforme Edital FFLCH/FLC n.º. 036/2012, publicado em 19/12/2012. (Proc.: 12.1.5470.8.4)  
1281 **3.4.1. EXAME FORMAL** - Relator: **Prof. Dr. Álvaro de Vita (DCP) – PARECER**  
1282 **FAVORÁVEL** **3.4.2.** A candidata **Professora Doutora Marli Quadros Leite** apresenta  
1283 requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, a inscrição foi **APROVADA**  
1284 com 28 votos favoráveis, 01 voto em branco e nenhum voto nulo. **3.4.3.** O **DLCV** sugere para  
1285 compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **Titulares:** João  
1286 Roberto Gomes de Faria (DLCV-FFLCH, Titular) = 26 votos, Dino Fioravante Preti (DLCV-  
1287 FFLCH, Titular, aposentado) = 26 votos, Maria Helena de Moura Neves (UNESP, Especialista  
1288 de Reconhecido Saber) = 24 votos, Carlos da Costa Assunção (UTAD, Titular) = 25 votos e  
1289 Maria Thereza Fraga Rocco (FE-USP, Titular) = 27 votos. **Suplentes:** Ieda Maria Alves  
1290 (DLCV-FFLCH, Titular) = 2 votos, Diana Luz Pessoa de Barros (DL-FFLCH, Titular,  
1291 aposentada) = 1 voto, Carlos Alberto Faraco (UFPR, Titular) = 3 votos, Luiz Carlos Travaglia  
1292 (UFU, Titular) = 2 votos. **3.5.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor

1293 Titular no Departamento de História, **área de História**, conforme Edital FFLCH/FLH n.º.  
 1294 011/2012, publicado em 04/07/2012. (Proc.: 12.1.2654.8.7) **3.5.1. EXAME FORMAL -**  
 1295 Relator: **Prof. Dr. Brasília João Sallum Junior (DS) – PARECER FAVORÁVEL** **3.5.2.** Os  
 1296 candidatos **Professores Doutores Gildo Magalhães dos Santos Filho, Elizabeth Cancelli e**  
 1297 **Dario Horácio Gutiérrez Gallardo** apresentam requerimento de inscrição para o concurso  
 1298 acima. Após votação, os candidatos foram **APROVADOS** com 27 votos favoráveis, 01 voto  
 1299 em branco e 01 voto nulo. **3.5.3. O DH** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado  
 1300 concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **Titulares:** Laura de Mello e Souza (DH-FFLCH, Titular)  
 1301 = 26 votos, Adilson Avansi (DG-FFLCH, Titular, aposentado) = 26 votos, Michael McDonald  
 1302 Hall (UNICAMP, Titular) = 24 votos, Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE-USP, Titular) = 25  
 1303 votos e Júlio Roberto Katinsky (FAU-USP, Titular) = 25 votos. **Suplentes:** Gabriel Cohn  
 1304 (DCP-FFLCH, Titular, aposentado) = 2 votos, Maria Thereza Schorer Petrone (DH-FFLCH,  
 1305 Titular, aposentada) = 1 voto, Ana Lúcia Duarte Lanna (FAU, Titular) = 3 votos, Maria  
 1306 Bernardete Ramos Flores (UFSC, Titular) = 2 votos e Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ,  
 1307 Titular) = 2 votos. **4. RELATÓRIO FINAL – CONCURSO DOCENTE – votação secreta.**  
 1308 **4.1.** Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no  
 1309 **Departamento de Sociologia, área de Sociologia Política B**, conforme Edital FFLCH n.º.  
 1310 007/2013, publicado em 26/02/2013 (Proc. n.º. 13.5.220.8.8). (*v., anexo, cópia do relatório*  
 1311 *final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 19 a 21 de agosto de 2013,*  
 1312 *tendo sido aprovado o candidato Marcos César Alvarez*) Após votação, o Relatório Final foi  
 1313 **APROVADO** com 28 votos favoráveis, 01 voto em branco e nenhum voto nulo. **4.2.** Concurso  
 1314 público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no **Departamento de**  
 1315 **Filosofia, área de História da Filosofia Moderna I**, conforme Edital FFLCH n.º. 007/2013,  
 1316 publicado em 26/02/2013 (Proc. n.º. 13.5.211.8.9). (*v., anexo, cópia do relatório final da*  
 1317 *Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 19 a 21 de agosto de 2013, tendo sido*  
 1318 *aprovado o candidato Luís César Guimarães Oliva*) Após votação, o Relatório Final foi  
 1319 **APROVADO** com 28 votos favoráveis, 01 voto em branco e nenhum voto nulo. **5.**  
 1320 **INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SENIOR** (*votação aberta, em bloco, sem*  
 1321 *prejuízo de pedidos de destaque*) **5.1.** A Professora Doutora **REGINA LÚCIA PONTIERI**  
 1322 encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de  
 1323 Teoria Literária e Literatura Comparada (Proc. 13.1.4100.8.0). Após votação, o pedido foi  
 1324 **APROVADO**. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção  
 1325 para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com o Senhor Diretor.  
 1326 São Paulo, 22 de agosto de 2013.